

**ANAIS**



# Semana da **CONTABILIDADE** **2022**

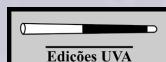
**1<sup>a</sup> Edição**

Curso de Ciências Contábeis da Universidade  
Estadual Vale do Acaraú - UVA

12/2022

ISSN 3086-0695

“Contabilidade e inovação:  
transformação digital do profissional  
contábil”



Anais Semana da contabilidade é uma publicação científica aberta, independente e publicação anual, no mês de outubro de cada ano, como fruto das publicações de trabalhos científicos aprovados durante a Semana da Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral -CE.

O seu principal objetivo é veicular artigos científicos inéditos resultantes de pesquisas acadêmicas em nível de graduação e pós-graduação que contribuam para o enriquecimento das Ciências Sociais Aplicadas envolvendo a Contabilidade e Gestão, pública ou privada.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ**

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque (Reitora)

Francisco Carvalho de Arruda Coelho (Vice-reitor)

**PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

Jônia Tírcia Parente Jardim Albuquerque

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Antônio Glaudenir Brasil Maia José Edmar Lima Filho

**DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Raimundo Inácio Neto (Diretor)

**COORDENAÇÃO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Luciene Santos Lima (Coordenadora)

**CENTRO ACADÊMICO PADRE SADOC - CACIC**

Maria Rayane Andrade de Sousa (Presidente em 2022)

**ANAIS SEMANA DA CONTABILIDADE**

**COORDENAÇÃO GERAL**

Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque\*

**EQUIPE EDITORIAL**

Luciene Santos Lima\*

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo\*

**CONSULTORIA TÉCNICA**

Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque\*

José Teixeira Lopes Filho\*

Maria Socorro de Aráujo Dias\*

Lielma Carla Chagas da Silva\*

## **CONSELHO EDITORIAL INTERNO**

Cintia Vanessa Monteiro Germano Aquino\*  
Cristina Maria Nunes de Souza\*  
Felipe Félix Sousa\*  
Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo\*  
Francisco Apoliano Albuquerque\*  
Francisco José Carneiro Linhares\*  
Francisco Alves de Souza Neto\*  
Helena Maria Oliveira Lima\*  
Hugo Magalhães Campelo\*  
Israel Lucas de Oliveira Aguiar\*  
José Ireland Meneses Oliveira\*  
Kercia Maria de Sá Moraes\*  
Luciene Santos Lima\*  
Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque\*  
Marcia Moraes de Melo\*

## **CONSELHO EDITORIAL EXTERNO**

Fellipe Matos Guerra  
Geovanne Dias de Moura  
Jurandir Picanço  
Marta Célia Chaves Cavalcante  
Raquel Araújo  
Vânia Borgerth

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

Cintia Vanessa Monteiro Germano Aquino\*  
Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo, \*  
Luciene Santos Lima\*  
Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque\*

## **APOIO**

Centro Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis\*  
Edições UVA, Imprensa Universitária\*  
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)\*

\* Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA, Brasil

## SUMÁRIO

<b>A contabilidade como ferramenta para o planejamento tributário.....</b>	<b>06</b>
<b>A experiência do núcleo de apoio contábil e fiscal como forma de desenvolvimento a profissão contábil .....</b>	<b>07</b>
<b>A importância da contabilidade no terceiro setor.....</b>	<b>08</b>
<b>A importância da contabilidade pública como instrumento de controle na administração pública.....</b>	<b>01</b>
<b>A importância do planejamento e gestão de custos no desenvolvimento das micro e pequenas empresas.....</b>	<b>10</b>
<b>A influência do plano plurianual nos indicadores de execução: um estudo exploratório na prefeitura de Acaraú.....</b>	<b>11</b>
<b>A lei nº 12.741/2012 e a nota fiscal: transparência tributária nas relações de consumo atrelada ao instrumento em evolução.....</b>	<b>12</b>
<b>Análise da composição dos ativos intangíveis das empresas listadas no índice de carbono eficiente da bm&amp;fbovespa.....</b>	<b>13</b>
<b>Análise dos sistemas de controle interno das micro e pequenas empresas localizadas em um município da mesorregião Noroeste Cearense.....</b>	<b>14</b>
<b>A necessidade de atuação do profissional contábil no processo de consultoria contábil voltada ao terceiro setor.....</b>	<b>15</b>
<b>A relevância da auditoria contábil para as organizações do terceiro setor lucas Henrique Ferreira de Arruda aluno do 7º período do curso de ciências contábeis – UVA.....</b>	<b>16</b>
<b>Análise bibliométrica do controle social na administração pública.....</b>	<b>17</b>
<b>Análise das prestações de contas eleitorais da região nordeste a partir dos julgamentos do TSE (2011 a 2020).....</b>	<b>18</b>
<b>Análise do processo de elaboração e execução do orçamento público do município de Cariré-ce em 2018.....</b>	<b>19</b>
<b>Análise dos investimentos e prejuízos financeiros da mineradora vale perante o desastre na barragem de Brumadinho (MG).....</b>	<b>20</b>
<b>Aplicação do sistema de custeio baseado em atividades – abc, como ferramenta para otimização da gestão de custos na indústria Sobarlanches ME.....</b>	<b>21</b>
<b>As competências que traçam o perfil do bom professor na visão dos discentes de ciências contábeis da UVA.....</b>	<b>22</b>
<b>As práticas econômicas e políticas de desenvolvimento governamental como fator de crescimento socioeconômico na cidade de Varjota.....</b>	<b>23</b>
<b>Assimilação de conteúdos relacionados às finanças pessoais no curso de ciências contábeis da UVA.....</b>	<b>24</b>
<b>Atribuições dos setores que participam do processo licitatório da universidade estadual vale do acaraú.....</b>	<b>25</b>
<b>Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público.....</b>	<b>26</b>
<b>Características dos trabalhos publicados no congresso USP de iniciação científica em contabilidade.....</b>	<b>27</b>
<b>Convênios federais: em função das alocações de recursos públicos na UVA evolução do resultado primário dos municípios da serra da Ibiapaba-CE no período de 2017 a 2018.....</b>	<b>28</b>
<b>Evolução do resultado primário dos municípios da serra da ibiapaba-ce no período de 2017 a 2018.....</b>	<b>29</b>

<b>Experiências vividas em tempos de pandemia do núcleo de apoio contábil e fiscal como forma de desenvolvimento da sociedade.....</b>	<b>30</b>
<b>Fatores críticos para o consumo online: o caso Twitch TV.....</b>	<b>31</b>
<b>Fluxo de caixa como elemento chave da administração financeira de micro e pequenas empresas.....</b>	<b>32</b>
<b>Gerenciamento de custos da qualidade: estudo de caso no restaurante universitário da UVA.....</b>	<b>33</b>
<b>Governança pública dos países da américa latina.....</b>	<b>34</b>
<b>Imposto de renda e proventos de qualquer natureza: um estudo sobre a rentabilidade de empresas listadas na bolsa.....</b>	<b>35</b>
<b>Investimento no tesouro direto: uma análise de títulos públicos prefixados e pós-fixados.....</b>	<b>36</b>
<b>Judicialização da saúde e a prestação de serviços: a repercussão no orçamento e a proteção à garantia constitucional à saúde.....</b>	<b>37</b>
<b>Lei da responsabilidade fiscal e seus limites: uma análise dos percentuais do município de Santana do Acaraú.....</b>	<b>38</b>
<b>Lei de transparência fiscal: perspectiva ao código de defesa do consumidor</b>	<b>39</b>
<b>O ensino de contabilidade pública: um comparativo da disciplina de Contabilidade Governamental II nos cursos de ciências contábeis no estado do Ceará.....</b>	<b>40</b>
<b>O impacto financeiro da implantação do cadastro técnico multifinalitário na arrecadação do imposto predial e territorial urbano, no município de Sobral.....</b>	<b>42</b>
<b>O princípio da isonomia no processo licitatório.....</b>	<b>42</b>
<b>Percepção dos discentes de ciências contábeis sobre estrutura conceitual.....</b>	<b>43</b>
<b>Princípios constitucionais do direito administrativo aplicados aos atos do gestor público.....</b>	<b>44</b>
<b>Qualidade das informações contábeis e governança corporativa.....</b>	<b>45</b>
<b>Recursos públicos direcionados à saúde: estudo nos países da américa latina.....</b>	<b>46</b>
<b>Situação do cnpj das organizações da sociedade civil (OSC'S) de sobral-ce com área de atuação na saúde em 2020.....</b>	<b>47</b>
<b>Transparência: uma discussão sobre os marcos regulatórios como forma de controle social.....</b>	<b>48</b>

**CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO**

## **A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO**

**Francisco Meton de Souza Neto**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
meton.neto\_@hotmail.com

**Antonio Rodrigues Albuquerque Filho**  
Universidade Federal do Ceará – UFC  
antoniofilhoufc@hotmail.com

**Maria Maciléya Azevedo Freire**  
Universidade Federal do Ceará  
[macileya@hotmail.com](mailto:macileya@hotmail.com)

**Luciene Santos Lima**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
lusalia19@hotmail.com

**Introdução:** A Contabilidade sempre esteve presente entre as formas utilizadas para quantificar os patrimônios, mas ela tem evoluído ao longo dos anos em função de diversos estudos que possibilitam o surgimento de novas e melhores formas de controlar o patrimônio, através dos princípios e métodos de sistema, as informações disponibilizadas pela contabilidade possibilitam a tomada de decisões mais racionais, no intuito de garantir a continuidade e o sucesso das organizações. Nesse contexto, as empresas estão sempre à procura de um diferencial competitivo e as informações geradas pela contabilidade possibilitam que os gestores tomem as melhores decisões. O Planejamento Tributário destaca-se entre os diversos aspectos que podem definir o sucesso, ou não, de uma atividade comercial, pois a carga tributária, atualmente, tem representado um relevante montante financeiro, interferindo substancialmente no resultado econômico das empresas. Assim, a contabilidade é utilizada como uma ferramenta importante para que o planejamento tributário seja o mais adequado para cada tipo de empresa. O planejamento tributário é a forma que a empresa tem de reduzir de maneira legal a carga tributária, sendo considerado importante independente de sua atividade empresarial. É através dele que se pode analisar qual o melhor caminho para se obter resultados satisfatórios. **Objetivo:** Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo mostrar que a contabilidade representa peça fundamental para um planejamento tributário eficiente. **Metodologia:** Para tal, realizou-se uma pesquisa exploratória, conduzida por meio de análise bibliográfica. A abordagem utilizada foi qualitativa, ou seja, não se utilizou estatística para trabalhar os dados, mas, de compreensão e verificação do conteúdo informativo. **Resultados e Conclusões:** Os resultados demonstraram a busca precípua por mecanismos gerenciais para maior controle e redução de custos, que resulte na economia dos recursos, para isso é necessário que sejam feitos estudos analíticos das informações contábeis da empresa. Assim, as empresas têm procurado formas de reduzir a carga tributária, o que lhes é de direito e se faz necessário para que estas consigam eficiência nos gastos tributários e maior controle das finanças, garantindo também maior proveito fiscal, além de contribuir para um maior gerenciamento econômico. Então, vale-se da Contabilidade como controladora patrimonial e das mutações ocorridas durante um determinado período, como ferramenta importante na elaboração de um planejamento tributário eficaz. **Conclusão:** Dessa forma, denota-se que o planejamento tributário, subsidiado pela contabilidade, tenha se tornado uma ferramenta gerencial e eficiente capaz de conceder um maior rigor no controle de suas despesas fiscais, proporcionando-lhes menos oneração tributária e, por via de consequência, maior lucratividade, como também a segurança de não incorrerem na ilegalidade.

Palavras-chave: Contabilidade. Planejamento tributário. Carga tributária



CENTRO ACADÉMICO DE CIÉNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO A PROFISSÃO CONTÁBIL

**Lara Loiola Marques**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)  
laramarques77@hotmail.com

**Maria Gerlúcia Bezerra de Souza**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)  
gerlucia700@gmail.com

**Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)  
cintiavmg@gmail.com

**Introdução:** O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal da Universidade Estadual Vale do Acaraú (NAF/UVA) é um projeto de extensão de iniciativa da Receita Federal do Brasil (RFB) voltado à cidadania e a educação financeira levando atendimento gratuito para a comunidade hipossuficiente e comunidade acadêmica (RFB, 2019). O NAF/UVA conta com a participação voluntária de oito discentes do Curso de Ciências Contábeis, sob a coordenação da Professora Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino e atuam em conjunto com os fiscos estadual e municipal. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é apresentar de que forma se desenvolvem as atividades desse projeto e como o mesmo pode auxiliar a comunidade acadêmica e o público externo. **Metodologia:** Inicialmente os estagiários do NAF/UVA receberam treinamentos da RFB e da Secretaria de Orçamentos e Finanças do Município de Sobral (SEFIN) e participaram de palestras e eventos promovidos em parceria com a Prefeitura de Sobral e a RFB. **Resultados e Discussões:** No decorrer deste ano, o NAF/UVA promoveu dois eventos, o primeiro intitulado “Técnicas de Arrecadação Tributária Municipal”, ministrado pelo Professor Marcus Vinícius Veras Machado, em março, que teve 84 participantes. Ainda neste mês, a equipe do NAF/UVA realizou uma exposição no Centro de Convenções de Sobral, promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciéncia (SBPC), na qual atingiu um público-alvo de cerca de 20 visitantes. Os membros do NAF/UVA iniciaram a coleta e organização de dados na Pró-Reitoria de Administração da UVA (PROAD), com o objetivo de auxiliar no controle de gastos da universidade. Houve também a primeira visita técnica, ao Observatório de Despesas Públicas de Sobral (ODP) e uma segunda visita, à RFB de Sobral, em maio. Junho foi marcado pela primeira participação nas sessões do Contencioso Tributário Municipal de Sobral (CONTRIM), e em julho, ocorreu uma visita à Feira de Artes e Negócio Artesanato na praça do Teatro São João de Sobral para falar sobre o Micro Empreendedor Individual (MEI), impactando um total de 30 pessoas. O segundo evento foi em forma de debate sobre “Justiça Fiscal: Perspectivas aos Olhos do Contencioso Tributário”, mediado por três precursores do CONTRIM: o Secretário da SEFIN, o Presidente e Vice-Presidente do CONTRIM, evento realizado em agosto, com 87 participantes. Nesse mesmo mês, o NAF/UVA trouxe para a universidade uma sessão do CONTRIM e realizou uma terceira visita técnica, desta vez à Casa do Contribuinte, aproximando a comunidade acadêmica do fisco municipal. **Conclusão:** A experiência do NAF/UVA tem sido muito valorosa, tendo em vista o retorno positivo por parte do curso e das demais instâncias vinculadas, assim como os conhecimentos adquiridos no cenário contábil.

**Palavras-chave:** Cidadania; Comunidade acadêmica; Microempreendedor.

**Área de conhecimento:** Controle social.

**Agradecimentos:** A Receita Federal, por impulsionar o projeto e viabilizar treinamentos.



CENTRO ACADÉMICO DE CIÉNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

**Joaquim Euclides Ferreira Gomes Filho**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
euclidesfgomes@gmail.com

**Prof. Phd. Francisco Apoliano Albuquerque**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
oraculo49@yahoo.com.br

**Introdução:** O terceiro setor é composto pelas instituições de interesse público, as quais são mantidas por iniciativa privada e não possuem fins lucrativos. Assim como a contabilidade possui uma função importantíssima para empresas e para o governo, esta ciéncia também é fundamental para igrejas, associações e outras entidades do terceiro setor, uma vez que, por meio da contabilidade, é possível mostrar e destacar as variadas formas de captação de recursos e como estes recursos estão sendo aplicados. **Objetivo:** A presente pesquisa tem como objetivo mostrar a importância da contabilidade no terceiro setor, apresentando, também, os desafios encontrados. **Metodologia:** A pesquisa é bibliográfica, de natureza descritiva, sendo que as informações foram encontradas na internet, em sites relacionados à contabilidade e os resultados foram apresentados de forma qualitativa. **Resultados e Discussões:** Com o auxílio da contabilidade no terceiro setor, é possível demonstrar para a sociedade todo o trabalho que tem sido realizado por parte destas entidades sem fins lucrativos, através da transparéncia dos recursos captados. É na falta de transparéncia que se encontra um dos grandes problemas, a falta de confiabilidade na aplicação de recursos por parte da sociedade, devido ao envolvimento de algumas entidades do terceiro setor em atos fraudulentos. **Conclusões:** Quanto mais houver transparéncia, ou seja, quando for clara a mensuração de todo o processo operacional da entidade, mais confiável essa entidade será. Sendo vista positivamente, e com isso, aumenta a possibilidade de que mais recursos poderão ser arrecadados. Assim se destaca a importância da contabilidade nas entidades do terceiro setor, atuando na da transparéncia de recursos com o objetivo de obter a confiabilidade da sociedade no que se diz respeito à aplicação de recursos.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor; Contabilidade; Transparéncia.

## A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Raul Moreira Silva**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
raulmoreira07@hotmail.com

**Dávila Antônia Vasconcelos**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
davilavasc@outlook.com

**Antônio Vinícius Dias Holanda**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
viniciusdiash@hotmail.com

**Luciene Santos Lima**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
luisalia19@hotmail.com

**Introdução:** A contabilidade pública tem por finalidade propiciar ao gestor público informações sobre o patrimônio público e suas variações, a execução orçamentária, bem como, os atos e fatos da fazenda pública, atendendo o que preconiza a Lei 4.320/1964, contribuindo com controle interno da administração pública.

**Objetivo:** O estudo tem como propósito analisar a relevância da contabilidade pública como instrumento do controle interno capaz de colaborar para eficiência da Administração Pública. **Metodologia:** Este trabalho constituiu-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica, valendo-se de resumos e artigos publicados. **Resultados e Discussões:**

O controle interno na administração pública está embasado nos Art. 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, Art. 76 da Lei 4.320/64, bem como no Art. 67 da Lei Complementar 101/2000, que trazem para os entes públicos, a exigência de um setor responsável pela fiscalização e monitoramento contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, onde a ausência de tais controles poderão acarretar desvios na gestão pública, com inadequada aplicação dos recursos públicos. Assim, o controle interno encontra na contabilidade pública um instrumento fundamental para sua execução na administração pública, tendo como respaldo as exigências da Lei 4.320/64, que destaca no Art. 83, que através da contabilidade será evidenciado a situação de todos que arrecadem, realizem despesas públicas, administrem ou guardem bens públicos. E em seu Art. 85, destaca sobre os serviços contábeis, que devem ser “[...] organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros”. Além disso, o Art. 50 §3º da LRF estabelece que entes públicos devem possuir um sistema de custos, que possibilite a avaliação e a fiscalização da gestão orçamentária. **Conclusão:** Diante do exposto, conclui-se que através de uma adequada contabilidade pública, o controle interno dos entes públicos poderá contribuir para uma administração pública eficiente no atendimento as necessidades da sociedade, além de cumprir os dispositivos legais.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública; Controle Interno; Administração Pública.

## A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CUSTOS NO DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

**Ana Karisa Souza Freitas**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
karisasouza99@gmail.com

**Clarisse Penha Ferreira**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
clarissecj01@gmail.com

**Suely de Vasconcelos Ramos**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
suelyvr@hotmail.com

**Introdução:** Com a atual competitividade no mundo dos negócios, as empresas precisam continuamente aprimorar suas práticas de gestão. Os sistemas de custos devem proporcionar exata mensuração do valor agregado ao longo de toda a cadeia produtiva, como base para a tomada de decisões estratégicas e operacionais. **Objetivo:** Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo discutir a importância da gestão de custos como fator de sobrevivência para as micro e pequenas empresas (MPE's). Visto que, para se tornar competitiva e acompanhar a concorrência, toda e qualquer empresa necessita do auxílio de sistemas de controle de gestão. **Metodologia:** A metodologia da pesquisa trata-se de uma pesquisa estritamente bibliográfica, com abordagem qualitativa e finalidade explicativa, será feita pesquisa em livros, periódicos e pesquisa eletrônica. **Resultados e Discussões:** Segundo dados do Departamento de Registro Empresarial e Integração da SMPE (Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa), em 2010, a taxa de mortalidade das MPE's foi de 38,8%, e embora essa taxa tenha diminuído nos anos seguintes, ela voltou a se elevar e em setembro de 2015, quando apresentou uma taxa de mortalidade de 52,18%. De acordo com alguns estudiosos, as causas desse fenômeno se deram pela falta de gerenciamento dos custos nesse período inicial, atrelado também à alta concorrência, e à estagnação econômica do país. Dito isso, se torna imprescindível que os gestores invistam em programas, aplicativos ou softwares modernos que os auxiliem no controle de gastos, de forma a garantirem sua continuidade e competitividade no mercado. **Conclusão:** Embora alguns gestores estejam preocupados com evolução de suas MPE's e buscam incansavelmente por métodos de crescimento, outros ainda não têm noção do que um mau gerenciamento pode ocasionar, por isso, vale evidenciar que a decisão de se investir em uma gestão adequada dos custos e em um planejamento bem feito e embasado, pode ser a chave para o sucesso de muitas empresas. E para se alcançar resultados positivos é preciso que haja um comportamento adequado tanto dos usuários quanto da organização.

**Palavras-chave:** Custos; MPE's; Competitividade.

## A INFLUÊNCIA DO PLANO PLURIANUAL NOS INDICADORES DE EXECUÇÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA PREFEITURA DE ACARAÚ

**CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO**

**Lilliam Oliveira de Brito**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

[lilliam.edificacoes@gmail.com](mailto:lilliam.edificacoes@gmail.com)

**Jordanna Carvalho Cavalcante**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

[jordanna.carvalho.2000@gmail.com](mailto:jordanna.carvalho.2000@gmail.com)

**Vitória Augusta Vasconcelos Albuquerque**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

[vitoriasconcelosalb@gmail.com](mailto:vitoriasconcelosalb@gmail.com)

**Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

[ludmila\\_apoliano@uvanet.br](mailto:ludmila_apoliano@uvanet.br)

**Introdução:** O Planejamento do Orçamento Brasileiro, o maior instrumento de administração pública, é formado pelas seguintes peças orçamentárias: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA é um plano de médio prazo e possui duração de quatro anos, já a LDO e a LOA possuem duração de um ano. **Objetivo:** analisar a influência do PPA nos indicadores de execução do município de Acaraú, visando verificar se houve diferencial nos projetos e ações para a sociedade em si. **Metodologia** utilizada caracteriza-se como um estudo de caso de caráter exploratório, no qual, os dados foram coletados através de dois instrumentos do Portal da Transparência do município, que são: PPA e o RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária). Os métodos estatísticos utilizados foram: Quociente de Execução Orçamentária Corrente; (QEOC), Quociente de Execução da Receita (QER) e Quociente de Execução da Despesa (QED). Além disto foi realizada a comparação das receitas e das despesas constantes no PPA e RREO. A pesquisa baseia-se no PPA de Acaraú do ano de 2014 a 2017, composto por 51 programas e 215 ações. Na análise das receitas correntes versus as despesas correntes, feita através do QEOC, que corresponde a divisão das receitas pelas despesas correntes, pode-se obter que no ano de 2014, as receitas angariadas pelo município foram iguais as despesas gastos, mas nos anos posteriores, ocorreram um superavit orçamentário. **Resultados e discussões:** Correlação as receitas previstas e arrecadadas, realizada por meio do QER, que se trata da medição da competência de arrecadação da gestão pública com relação à previsão, foram obtidos resultados que demonstram a falta de capacidade dos gestores de realizar a previsão em conformidade com a arrecadação, pois os valores previstos foram maiores que os arrecadados. No levantamento das despesas, com base no QED, que verifica a relação entre as despesas fixadas e despesas previstas, os resultados obtidos indicam que a gestão pública não se mostrou eficiente ao organizar o orçamento público, visto que os valores executados foram menores que os valores fixados, constando assim uma economia orçamentária. Ao analisar os gastos por função, tornou-se possível perceber que os gastos estimados para educação e saúde são bem maiores que os de outras áreas. **Conclusão:** em relação a estipulação das metas pela Prefeitura de Acaraú no Plano Plurianual, observa-se na análise dos dados que ao realizar o comparativo das receitas, houve falta de competência por parte da prefeitura na mensuração dos resultados que se pretende alcançar.

**Palavras-chave:** Orçamento Público, PPA, Receitas Públicas

**A LEI N° 12.741/2012 E A NOTA FISCAL: TRANSPARÊNCIA TRIBUTÁRIA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO ATRELADA AO INSTRUMENTO EM EVOLUÇÃO.**

**CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO**

**Rayane Araújo Farias**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

rayannearaujofarias@gmail.com

**Luciene Santos Lima**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

lusalia19@hotmail.com

**Introdução:** A Lei Nº 12.741/2012 estabelece que todo documento fiscal fornecido ao consumidor final informe o valor aproximado da totalidade de tributos, de competência municipal, estadual ou federal, incidentes nas relações de consumo, que influenciem na formação do preço de venda de produtos ou serviços prestados. Verifica-se, portanto, a importância do uso da nota fiscal, elemento de ligação entre fisco e contribuinte, submetido a constante evolução, desde a nota fiscal manual à nota fiscal eletrônica (NF-e), trazendo modificações relacionadas à transparência tributária, atendendo os pressupostos da já citada legislação.

**Metodologia:** Utiliza-se como metodologia a pesquisa documental e bibliográfica, sendo essa exploratória, descritiva e qualitativa, tendo como referências a legislação mencionada, o Ajuste SINIEF 07/2013 e considerações registradas por estudiosos do tema, através de artigos científicos e outras publicações. **Objetivo:** Busca-se reafirmar a importância da transparência tributária nas relações de consumo, expressa diretamente nas notas fiscais e outros semelhantes, para conhecimento do consumidor final da carga de tributos a qual está submetido. Assim, procura-se analisar mudanças da nota fiscal eletrônica, instrumento de indiscutível relevância no controle comercial, na verificação e recolhimentos dos tributos atribuídos às transações, atendendo a legislação em comento. **Resultados e Discussões:** É imprescindível destacar que a referida lei se relaciona com a transparência fiscal, atendendo o §5º do Art.150 da CF/88, que diz: “A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços”. Assim, deixando o consumidor final com maior conhecimento dos impostos que paga nas relações de consumo, tendo como um dos instrumentos a nota fiscal de compra, com a qual poderá cobrar a aplicação dos recursos públicos arrecadados. A nota fiscal que para chegar ao seu modelo atual, iniciou-se com os sistemas de submissão manual, em talonários preenchidos por máquinas de escrever, que demandavam longas escriturações nos livros fiscais. Ainda com o avanço tecnológico, tanto empresas, quanto os órgãos fazendários, perceberam a necessidade de evolução na emissão de notas fiscais e adaptaram-se ao uso da escrituração por processamento de dados. Atualmente, a Nota Fiscal Eletrônica é um documento de existência apenas digital, validada por assinaturas digitais e recebida pelo fisco em tempo real. Com a Lei 12.741/12, a NF-e contará com campo próprio para inclusão das informações tributárias, segundo Ajuste SINIEF nº 07/2013 que regulamenta o disposto na referida lei. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que a Lei nº 12.741 relacionada à transparência Fiscal em questão dos tributos incidentes nas relações de consumo, tem um importante documento de controle comercial e verificação tributária que é a nota fiscal, constantemente modificada e adaptada às realidades do fisco e contribuinte.

**Palavras-Chaves:** Consumidor. Evolução. Nota Fiscal. Transparência Tributária. Tributos.

## ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE CARBONO EFICIENTE DA BM&FBOVESPA

**Letícia Maria Moreira Brandão**

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
leticia.leticia.maría4@gmail.com

**Maria Maciléya Azevedo Freire** Universidade Federal  
do Ceará macileya@hotmail.com

**Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo**

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
francymacedo2011@gmail.com

**Introdução:** O desenvolvimento da economia vem sofrendo um significativo processo de aceleração nas últimas décadas. Com a intensificação da era digital no início do terceiro milênio surgiram novos conceitos de vida, negócios e economia. As empresas que antes investiam a maior parte de seus recursos em ativos físicos que poderiam facilmente ser adquiridos por empresas concorrentes, com o passar dos anos sentiram a necessidade de se diferenciarem das demais para conquistarem a preferência dos consumidores. Sendo assim, passaram a investir recursos em ativos que não estavam disponíveis para encomenda no mercado, esses ativos são denominados ativos intangíveis. **Objetivo:** Deste modo, ciente da relevância que este tipo de ativo vem atraindo nas empresas e nas pesquisas científicas, o presente trabalho buscou analisar a composição dos ativos intangíveis das empresas listadas no índice de carbono eficiente (ICO2) da BM&FBovespa. **Metodologia:** Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa dos dados, em uma amostra que compreendeu 28 empresas. Neste estudo, foram utilizadas informações constantes no sítio da BM&FBovespa. No balanço patrimonial foram coletados os valores do ativo total e do ativo intangível. Ao passo que, as informações pertinentes ao tipo de ativo intangível evidenciado pelas empresas do ICO2 foram retiradas das notas explicativas, analisadas uma a uma, ao longo dos anos de 2010 a 2014. O período selecionado para a análise (2010 a 2014), justifica-se pelo fato de que antes do ano de 2010 a maioria das empresas do ICO2 não divulgavam os dados sobre o intangível nas notas explicativas. Além do que, o balanço consolidado e as respectivas notas explicativas de 2015 ainda não haviam sido divulgados até a data da coleta dos dados deste estudo. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que as empresas do mercado tradicional apresentaram valores mais representativos quanto aos montantes de ativos intangíveis, enquanto as do novo mercado registraram maior representatividade dos ativos intangíveis no ativo total e fixo. Apesar das oscilações de aumento e queda registradas no período de 2010 a 2014 houveram avanços no registro destes elementos pelas empresas, além de maior variabilidade de intangíveis demonstrados nas notas explicativas. Observou-se ainda que, os intangíveis mais evidenciados nos relatórios contábeis foram softwares, seguido por ágio sobre investimento, marcas e patentes, contratos de concessão e outros intangíveis. Constatou-se, dentro do período em análise, que houve um registro ascendente na divulgação de ativos intangíveis na categoria marcas e patentes, ágio sobre investimento e carteira de clientes. **Conclusões:** Ao final, concluiu-se que as empresas brasileiras vêm aumentando gradativamente o registro dos ativos intangíveis em seus balanços, refletindo positivamente na qualidade da informação contábil.

**Palavras-chave:** Estruturação; Intangibilidade; Empresas do ICO2.

## ANÁLISE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LOCALIZADAS EM UM MUNICÍPIO DA MESORREGIÃO NOROESTE CEARENSE

**Bruna Moreira Carvalho**

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
brunamoreira097@gmail.com

**Patrícia Cristina Melo e Silva**

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
patricia\_macedomelo@hotmail.com

**Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo**

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
francymacedo2011@gmail.com

**Introdução:** O controle interno é um dos meios mais eficientes e precisos para a segurança das informações e proteção dos ativos da empresa, sendo utilizado como prevenção e fiscalização de problemas nas empresas protegendo seu patrimônio e garantindo o bom funcionamento dos departamentos. O sistema de controle interno verifica se as funções dos departamentos de contabilidade estão sendo desempenhadas corretamente observando se há segregação de função e confiabilidade dos relatórios contábeis garantindo assim a proteção de seu ativo. Abrange a área administrativa também procurando garantir que o processo de gestão seja executado com sucesso, para que a empresa alcance as metas estabelecidas por seus dirigentes. **Objetivo:** Ciente da importância que o controle interno possui para as organizações como um todo, este estudo teve por objetivo analisar os sistemas de controle interno das micro e pequenas empresas localizadas em um município da mesorregião noroeste cearense.

**Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa conduzida por meio de survey. Os dados foram obtidos com aplicação de um questionário composto por 35 questões elaboradas com base em Carvalho (2003) e Garcia, Kinzel e Rojo (2015), aplicadas a 42 micro e pequenas empresas. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que 60% dos respondentes apontaram possuir sistema de controle interno (SCI) no ente e alguns já possuíam há mais de 20 anos. Os achados revelaram ainda que, os empresários consideravam o controle interno de vendas como um instrumento de grande valia na hora de verificar os itens, sendo um facilitador para que fossem efetivamente faturadas todas as mercadorias até o embarque. Viu-se que o controle de custos era considerado como um significativo aliado para municiar os gestores com informações instrutivas e confiáveis, inclusive para ajudá-los a visualizar sua margem de lucro. Porém, nem todos utilizaram o controle de custos para auxiliar na tomada de decisão. Percebeu-se que a maioria dos respondentes consideraram que o controle financeiro registrava e fornecia dados para a tomada de decisão e otimização dos recursos existentes, emitindo relatórios gerenciais eficazes. Viu-se também que os empresários da região precisavam dar maior atenção ao controle de recursos humanos e de estoques. **Conclusões:** Concluiu-se que embora a maioria dos empresários reconheçam importância que um SCI eficaz possui para a organização, ainda existem fragilidades que precisam ser convertidas em pontos fortes. Tais empresários necessitam entender que a organização como um todo precisa trabalhar na mesma sintonia e cada das áreas desempenha um papel fundamental para o sucesso do ente.

**Palavras-chave:** Controle interno; Micro e pequenas empresas; Mesorregião noroeste cearense.

## A NECESSIDADE DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NO PROCESSO DE CONSULTORIA CONTÁBIL VOLTADA AO TERCEIRO SETOR

**Dávila Antônia Vasconcelos**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
davilavasc@outlook.com

**Antonio Vinicius Dias Holanda**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
viniciusdias@hotmail.com

**Raul Moreira Silva**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
raulmoreira07@hotmail.com

**Cristina Maria Nunes de Sousa**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
tininhajlns@hotmail.com

**Introdução:** As Organizações do Terceiro Setor são, atualmente, denominadas Organizações da Sociedade Civil (OSC) e são instituições de direito privado, podendo ser constituídas com natureza jurídica nas categorias de Associações, Fundações ou Organizações Religiosas. Segundo Franco (1999, *apud* CARVALHO, 2006) há algumas características que diferenciam as entidades enquadradas no Terceiro Setor das demais, tais sejam: 1) estão fora da estrutura formal do Estado; 2) não têm fins lucrativos; 3) são constituídas por grupos de cidadãos na sociedade civil como pessoas de direito privado; 4) são de adesão não compulsória; e 5) produzem bens e/ou serviços de uso ou interesse coletivo. O grande diferencial deste setor, é que as organizações participantes não visam a divisão de lucros, nem estão sujeitas ao controle estatal, e sim, servem de apoio para ambos. Fazendo o que as demais organizações não fazem por insuficiência de capital ou por não terem a ideia, como viável para seus negócios. **Objetivo:** Mostrar a importância da consultoria para as entidades sem fins lucrativos, ramo que se expandiu muito nos últimos 20 anos. **Metodologia:** A pesquisa é bibliográfica, de natureza descritiva, com embasamento teórico encontrado em artigos e revistas, em sites relacionados à contabilidade e os resultados foram apresentados de forma qualitativa. **Resultados e Discussões:** As entidades do terceiro setor, assim como as demais, devem enviar ao Fisco todas as obrigações necessárias, desde os documentos de sua constituição, até os documentos de encerramento, caso a mesma tenda a se findar. Muitas das instituições pertencentes a este setor vivem na irregularidade, muitas vezes por falta de conhecimentos dos seus gestores, relacionadas à legalidade, direitos e obrigações ou mesmo por falta de informações necessárias à gestão dos recursos financeiros, humanos e materiais que formam a instituição. A partir desse ano 2018, com a obrigatoriedade da implantação do e-Social, todo o processo de contratação de um colaborador, alterações posteriores de cargos, afastamentos, até as saídas de férias, atestados de saúde ocupacional, rescisões de contrato, ações trabalhistas e dissídios e contratação de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas), devem ser transmitidos regularmente ao sistema. Caberá aos gestores dessas organizações responderem pelas informações geradas. Geralmente, esses gestores não conhecem os trâmites legais, ressaltando assim, a relevância de manterem, constantemente, um contador para gerar essas informações, que devem ser fidedignas e prezarem pela transparência das mesmas. **Conclusões:** É de grande importância o contador manter-se sempre atualizado nas normas contábeis e legislações, bem como das obrigações voltadas a este setor que cresce a cada dia mais. Em virtude da grande necessidade de conhecimento por parte, principalmente dos gestores das OSC's, em compreenderem sobre suas obrigações e diretos para com o Fisco, torna-se interessante o Contabilista estar sempre atualizado e poder trabalhar com Consultoria Contábil junto aos gestores dessas organizações, para isso, os contabilistas podem realizar seminários, cursos, palestras e capacitações voltadas a este público, e ainda a estudantes e profissionais contábeis, que queiram se especializar nesta área.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor. Consultoria. Contabilistas.

## A RELEVÂNCIA DA AUDITORIA CONTÁBIL PARA AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

**Lucas Henrique Ferreira de Arruda**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

lucasarruda1312@gmail.com

**Francisco Meton de Souza Neto**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

meton.neto\_@hotmail.com

**Antônio Vinícius Dias Holanda**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

viniciusdiash@hotmail.com

**Cristina Maria Nunes de Sousa**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

tininhajlns@hotmail.com

**Introdução:** A auditoria contábil tem se mostrado como uma importante aliada no processo de verificação das informações relacionadas ao gerenciamento das entidades. Por meio de seus procedimentos, as entidades são criteriosamente avaliadas, a fim de certificar a confiabilidade das informações prestadas, apontando possíveis irregularidades acerca dos registros, possibilitando às empresas buscarem qualificação nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, ressaltando sua importância em todos os setores econômico-financeiros da sociedade. No caso dos setores presentes no atual cenário econômico, um dos grupos que têm ganhado crescente destaque são as Organizações do Terceiro Setor, também nomeadas como Organizações da Sociedade Civil (OSC), que são entidades sem fins lucrativos, ou seja, Associações, Fundações e Organizações Religiosas. Tais entidades executam seus objetivos sociais através de doações ou recursos oriundos do setor público ou privado, e contribuem, ainda, com a movimentação da economia do país, gerando emprego e renda, mesmo tendo cunho social, sinalizando a necessidade da realização dos procedimentos de auditoria para conferir a segurança de todas as suas informações. **Objetivo:** Diante do exposto, o presente trabalho possui como objetivo mostrar a importância da atuação da auditoria contábil para a credibilidade das informações contábeis das Organizações do Terceiro Setor. Para tal, realizou-se uma pesquisa bibliográfica exploratória, por meio de análise bibliográfica, com abordagem qualitativa, ou seja, sem utilização estatística, e sim de compreensão e análise do conteúdo informativo. **Resultados e Discussões:** Os resultados apontam para a necessidade de organização e transparência das informações financeiras, referentes à origem e aplicação de recursos das entidades do terceiro setor, enfatizando a credibilidade a ser alcançada para suas informações, proporcionando aos apoiadores confiabilidade e transparência com os recursos recebidos de terceiros, sejam eles do setor público ou privados ou pessoas físicas colaboradoras. **Conclusões:** Assim, evidencia-se a auditoria contábil como uma ferramenta importante para as Organizações do Terceiro Setor, visto que é um instrumento contábil capaz de auxiliar nos processos de enquadramento legal e oferecer suporte para a devida adequação aos princípios e normas referentes à contabilidade, ajudando os gestores desses tipos de organizações, a oferecer um tratamento gerencial e transparente às informações reportadas pela entidade e garantindo, assim, o espaço das entidades do terceiro setor no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Auditoria Contábil. Informações Contábeis. Organizações do Terceiro Setor

## ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DO CONTROLE SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Jaqueleine Batista Severiano**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
jaque560severiano@gmail.com

**Kelvia Santiago Lopes**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
kelvialopes.2016@gmail.com

**Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
cintiavmg@gmail.com

**Introdução:** Controle Social consiste em um campo de relações sociais, no qual os sujeitos participam por meio de distintas articulações, que são processadas no âmbito interno e externo dos espaços institucionais (ASSIS; VILLA, 2003). Deste modo, o principal intuito do controle social é a participação da sociedade e a sua fiscalização sobre uma boa gestão da administração pública, o qual é salientado por meio da Lei Complementar 131/2009, que disciplina para a sociedade o acesso às informações públicas. Logo, em conformidade com os pensamentos de Look (2004), o controle social foi aqui compreendido como a participação do cidadão, em meio a gestão pública, podendo ocorrer de forma individual ou coletiva, no entanto, obedecendo às leis que regem o controle social para a garantia do patrimônio e direitos da coletividade. **Objetivo:** Desse modo, o presente estudo teve como objetivo analisar as produções nacionais de artigos científicos sobre controle social na administração pública. **Metodologia:** Metodologicamente, o estudo se caracteriza como documental e quantitativo, realizado por meio de um estudo bibliométrico de artigos científicos na plataforma *Spell*. A pesquisa foi realizada em setembro de 2019, resultando em 49 artigos, de 1979 a 2019. **Resultados e Discussões:** Os resultados apontaram que houve um maior número de publicações no ano de 2018. Observou-se também uma média de três autores por artigo. As palavras-chave mais utilizadas foram: controle social, participação e transparência. As revistas que tiveram mais ênfase foram a Revista de Administração Pública, Contabilidade Vista & Revista e Cadernos Gestão Pública e Cidadania. Quanto à abordagem metodológica dos trabalhos analisados, 37 trabalhos se classificavam em qualitativa, quanto à abordagem, e 28 eram exploratórias, quanto ao tipo de pesquisa. Analisando períodos de cinco anos, verificou-se que o intervalo com maior número de publicações sobre o tema foi de 2014 a 2019. Em contrapartida, não tiveram artigos de 1994 a 1998. Os anos de maior publicação, dentro de cada período, foram: 1979 com uma publicação, 1988 com uma, 1993 com duas, 2003 com duas, 2006 com duas, 2010 com cinco e 2018 com sete. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que, nos últimos cinco anos, houve uma crescente produção de artigos, computados em um aumento de 40% em relação ao ano de 2015. Ademais, com base no exposto, percebe-se o aumento de pesquisas sobre controle social, evidenciando a importância do seu papel, que tem por principal finalidade solucionar problemas e *déficits* sociais com mais eficiência, por meio da participação cidadã e transparência do Estado. Como limitação da pesquisa, ressalta-se a busca dos termos apenas na plataforma *Spell*. Sugere-se então, para pesquisas futuras, a análise bibliométrica de dissertações e teses sobre a temática, além de outros indexadores de periódicos.

**Palavras-chave:** Controle social; análise; estudo bibliométrico; público. **Área de Conhecimento:** Contabilidade Pública

## ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ELEITORAIS DA REGIÃO NORDESTE A PARTIR DOS JULGAMENTOS DO TSE (2011 A 2020)

**Alexandre Moraes Fernandes**

bvb1046@gmail.com

Universidade Estadual Vale do Acaraú

**Antônio Henrique de Sousa Lima**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

antoniohenriquesousa99@gmail.com

**Laysla de Sousa Oliveira**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

[layslasousa63@gmail.com](mailto:layslasousa63@gmail.com)

**Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque**

[ludmila\\_apoliano@uvanet.br](mailto:ludmila_apoliano@uvanet.br)

**Introdução:** A Lei nº 9.096/1995 – Lei dos Partidos Políticos regulamenta os partidos como pessoa jurídica de direito privado com equivalência às paraestatais, quer dizer agremiações partidárias de natureza jurídico-privado, extermando-se assim os interesses individuais à jurisdição brasileira, mas, dispondo de suas faculdades e arbitrariedades legais internas. Em consonância com essa realidade originou-se um novo ramo das ciências contábeis, a Contabilidade Eleitoral, com o propósito hábil fiscal de discernir sobre a aplicabilidade dos recursos repassados a estes partidos, na forma de prestação de contas. **Objetivo:** Demonstrar o panorama dos processos julgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE nas comarcas da Região Nordeste entre 2011 a 2020.

**Metodologia:** O estudo teve cunho qualitativo e descritivo de natureza documental, onde realizou-se uma sondagem nas prestações de contas protocoladas no TSE desde o ano de 2011 até presente data nos 9 (nove) distritos jurídico-eleitorais da região nordeste do país. Além da pesquisa bibliográfica obteve-se dados das entidades partidárias que já tiveram suas contas julgadas entre os anos de 2011 a 2020 por meio do endereço eletrônico do TSE. **Resultados e discussão:** A prestação de contas eleitorais, ato contábil de predicações jurídicas e de cunho político, ou seja, não há necessidade de demonstrativo contábil. Para tanto, percebe-se que entorno deste certame as comarcas eleitorais dos estados nordestinos avaliaram a situação das prestações de contas desde os anos 80, entretanto como resultado da pesquisa de 2011 a 2020, percebemos que o Estado do Maranhão responde por mais de 20% das contas indeferidas ou reprovadas, em seguida os estados do Ceará, Bahia, Paraíba e Pernambuco. Já os estados de Alagoas e Sergipe estão nas melhores posições no ranking de deferimento de contas de campanha. Outro aspecto, foi a adimplência das contas da região nordeste bem menor que da região sudeste, e, nas últimas eleições a prestação de contas julgadas irregulares ocuparam o segundo lugar dos processos autuados, posto isso, ainda se faz insignificante comparado aos outros processos sem definição específica, mas, ainda é preocupante a situação vertiginosa das campanhas e dos políticos brasileiros, uma vez que estes, estão em constante oscilação e desequilíbrio no que diz respeito ao discernimento da conduta moral e ética das campanhas e do comprometimento com os recursos públicos.

**Conclusão:** Ao longo desta obra de carácter meramente teórico-científico, houve uma abordagem maciça das prestações de contas eleitorais, a partir, de uma análise sintética dos dados conferidos pelo portal do Tribunal Superior Eleitoral. Com isso, percebe-se que muitos candidatos e agremiações ainda se prestam a imoralidade, bem como, a ilegalidade para se autopromoverem, objetivando alcançar cargos da administração pública como se fossem agências de emprego. Contudo, é preciso sermos mais cautelosos nas mediações da região nordeste, pois a mesma, responde por a terceira região com mais processos com indeferimento de contas.

**Palavras-Chaves:** prestações de contas, partidos eleitorais, contabilidade eleitoral

## ANÁLISE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE EM 2018

**Maria Amanda Viana Oliveira**

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

amandda\_vianna@hotmail.com

**Gilson Gomes de Araújo**

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

gilsongomes775@gmail.com

**Luciene Santos Lima**

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

lusalia19@hotmail.com

**Introdução:** Orçamento Público é um instrumento que contém informações políticas e programas de ação, o qual funciona como mecanismo de fiscalização. Cabe ao Poder Executivo Municipal planejar de maneira eficiente para administrar melhor os seus recursos e atender as necessidades da população. **Objetivo:** Realização de uma análise do processo de elaboração e execução do orçamento público no Município de Cariré-CE referente ao exercício de 2018, como forma de evidenciar a importância desse instrumento de planejamento na política econômico-financeira municipal. **Metodologia:** A Metodologia utilizada é tanto descritiva como bibliográfica. Foi analisado a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2018, o RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária), a Prestação de Contas do ano de 2018, e a realização de estudos sobre conceitos da Contabilidade Pública, a Lei 101/00 de Responsabilidade Fiscal e a Lei 4320/64 que estatui normas gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanço da União, Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Resultados e Discussões:** Ao ser realizada a análise das peças orçamentárias notou-se o que o município realizou todo um planejamento para a produção do seu orçamento na qual a receita programada e a despesa fixada tem valor estabelecido em R\$ 56.089.618,00. Com relação a execução, a receita realizada em 2018 foi de R\$57.744.905,19, tendo um excesso de arrecadação de R\$1.655.287,19. Do lado da despesa, o valor empenhado foi de R\$52.235.944,54, o que representa 93,13% do previsto, destacando -se ás áreas da Educação (R\$17.381.706,96) e Saúde (R\$12.365.443,09) com respectivamente 33,28% e 23,67% das despesas. **Conclusões:** Portanto, para se ter uma gestão com eficiência e eficácia, a gestão municipal tem que está acompanhando efetivamente todo o processo orçamentário, desde a elaboração do Plano Plurianual (PPA) até a execução da Lei Orçamentária Anual, o que ficou evidenciado nesse trabalho na qual mostrou que a gestão do município de Cariré sabendo da importância do orçamento o cumpriu de maneira efetiva, na qual houve aumento de arrecadação própria e as receitas realizadas superaram a prevista, e ocorreu o cumprimento com rigidez da despesa fixada, fatores que contribuíram para o expressivo superávit orçamentário obtido por Cariré em 2018.

**Palavras-chave:** Orçamento; Planejamento; Eficiência.

## **ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS E PREJUÍZOS FINANCEIROS DA MINERADORA VALE PERANTE O DESASTRE NA BARRAGEM DE BRUMADINHO (MG)**

**Kelvia Santiago Lopes**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

kelvialopes.2016@gmail.com

**Jaqueleine Batista Severiano**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

jaque560severiano@gmail.com

**José Hamilton Máximo de Almeida**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

hamilmax@hotmail.com

**Introdução:** A Mineradora Vale foi privatizada em 1997 com milhares de seus acionistas espalhados em todo o mundo, a mesma obteve grande importância na economia conforme o minério de ferro avançou na pauta de exportação brasileira. No Brasil, o minério é o terceiro produto mais exportado, e tendo a Vale um domínio que varia de 70% a 80% dos embarques, segundo a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). No dia 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento da barragem da mina Córrego de Feijão de rejeitos, localizada em Brumadinho, sendo a mineradora responsável pelos prejuízos financeiros e ambientais ocasionados pelo incidente, à vista do descaso referente à falta de fiscalização e investimento nas barragens por ela faltadas.

**Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar os investimentos realizados pela Mineradora Vale em determinado período e sua relação com o desastre na barragem de Brumadinho e seus consequentes prejuízos financeiros. **Metodologia:** O processo metodológico do estudo aconteceu através de pesquisas em sites como O Globo, Exame, Estadão e B3 com o intuito de coletar dados referentes aos investimentos realizados pela Mineradora Vale referente à barragem de Brumadinho, delimitados no ano de 2013 a 2018 e os seus prejuízos financeiros e investimentos referentes ao ano de 2019 após a tragédia. A pesquisa se caracteriza de forma qualitativa e quantitativa e apresenta uma abordagem exploratória. Ademais, ao analisar os investimentos realizados em bilhões de US\$ pela mineradora verifica-se que houve uma redução a cada ano, apresentando apenas US\$ 2, 281 bilhões em 2018, enquanto 2013 constavam US\$ 14,233 bilhões. **Resultados e Discussões:**

Os resultados indicaram quanto aos investimentos feitos pela mineradora antes do acidente foram decaíndo durante o período de 2013 a 2018 em quase 85% equivalentes a uma diferença de US\$ 11,952 bilhões, e após o acidente os investimentos feitos pela mesma referente ao segundo trimestre de 2019 foram para 730 milhões, destinados a execução de projetos e manutenção, além de uma ampliação em 71 milhões para mais investimentos nas barragens e pilhas de rejeitos no mesmo período. Quanto aos prejuízos financeiros adquiridos após o rompimento da barragem foram contabilizados no primeiro trimestre de 2019 um prejuízo de 6,4 bilhões e no segundo trimestre uma redução para 384 milhões, dados segundo a auditoria Pricewaterhouse Coopers (PwC) que assina o demonstrativo financeiro da Vale. **Conclusão:** Dessa forma, ao analisar os investimentos realizados consegue-se perceber que os baixos índices de investimentos contribuíram para que houvesse um maior desgaste na barragem o que ocasionou o desastre. O desastre gerou um prejuízo financeiro para a mineradora, assim como o dano ambiental e social naquela localidade. Desta maneira, é significativo ressaltar que haja intensivos relacionados à segurança na operação das atividades de mineração e suas barragens, além de monitoramento e fiscalização.

**Palavras-Chave:** Análise de investimento; barragem; Brumadinho.



CENTRO ACADÉMICO DE CIÉNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## APLICAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES – ABC, COMO FERRAMENTA PARA OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DE CUSTOS NA INDÚSTRIA SOBRAL LANCHES ME

**Luís Silva dos Santos**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
luissilvasq@gmail.com

**Bruna Moreira de Carvalho**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
Brunamoreira097@gmail.com

**Elson Gomes dos Santos**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
Elsongomes011@gmail.com

**Suely de VasconcelosRamos**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
suelyvr@gmail.com

**Introdução:** A economia nacional vem se deparando com mudanças significativas relacionadas ao mundo dos negócios, tais modificações se fazem presentes nos mais variados setores e sem sombra de dúvida não seria diferente com o segmento industrial de fabricação de sorvetes. Partindo desse pressuposto, percebe-se que é necessário a busca constante por métodos mais aprimorados de gestão para que assim as empresas possam estar aptas a concorrência resultante da competitividade que se faz presente no mercado. Nesse sentido, é fundamental a correta compreensão dos princípios, métodos e aplicabilidade dos custos. **Objetivo:** O presente trabalho propõe um estudo dos custos de uma empresa, por meio do Custo Baseado em Atividades (ABC), caracterizado como uma ferramenta que promove um aprimoramento no controle dos recursos alocados pela organização. Vale ressaltar, que o aperfeiçoamento contínuo dos processos fornece informações relevantes para a Gestão Estratégica de Custos. Para atingir esses resultados é necessário compreender o delineamento dos processos existentes, as atividades que são desenvolvidas e a dinâmica dos custos incorridos. Com o propósito de avaliar a **metodologia** em questão, foi realizada a aplicação do método ABC em uma indústria que produz sorvetes, picolés e gelo, a Empresa Sobar lanches, em Santa Quitéria – CE. **Resultados e Discussões:** A utilização dessa ferramenta e sua consequente análise permitiu traçar comparações entre o método que a empresa emprega e o do objeto de estudo, permitindo ao gestor o conhecimento acerca das vantagens e desvantagens de tal processo. Comparativamente é possível identificar aprimoramentos a serem desenvolvidos, especialmente no que diz respeito ao preço unitário dos produtos. **Conclusões:** Portanto, o gestor deve ter a plena consciência que os sistemas de custos proporcionam a exata mensuração do valor agregado ao longo de toda a cadeia produtiva, fato esse que deve servir como base para a tomada de decisões estratégicas e operacionais.

**Palavras-chave:** Produção; Análise de custos; Competitividade; Desenvolvimento.

## AS COMPETÊNCIAS QUE TRAÇAM O PERFIL DO BOM PROFESSOR NA VISÃO DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UVA

**Dávila Antônia Vasconcelos**  
 Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
 davilavasc@outlook.com

**Maria Larissa Sales Cruz**  
 Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
 mlarissa\_sales@outlook.com

**Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino**  
 Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
 cintia\_monteiro@uvanet.br

**Introdução:** O professor de contabilidade, enquanto profissional e docente da área, tem que preparar os alunos para o mercado e, para tanto, tem que possuir conhecimentos e boa didática (Nogueira; Casa Nova; Carvalho, 2012; Kühl et al, 2013; Farias et al, 2018; Guelfi et al., 2018; Souza-Silva et al., 2018). Ao longo do tempo, algumas pesquisas foram realizadas para entender as competências do educador no curso de ciências contábeis (Nogueira; Casa Nova; Carvalho, 2012; Kühl et al., (2013); Oro; Santana; Rausch, 2013; Rezende; Leal, 2013; Farias et al., 2018; Guelfi et al., 2018; Souza- Silva et al., 2018). **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo analisar as competências que formam o perfil do bom professor na visão dos discentes de ciências contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). **Metodologia:** O trabalho enquadra-se como descritivo, com abordagem quantitativa, realizado por meio de levantamento. Os questionários foram aplicados de forma presencial com os estudantes do curso de ciências contábeis da UVA no mês de dezembro de 2019. O questionário foi baseado no estudo de Kühl et al. (2013) e foi dividido em duas partes: perfil do respondente e competências do bom professor, com 21 características. Houve 242 respostas, contudo, apenas 112 foram consideradas válidas. Logo, a amostra representou 53% dos 400 alunos matriculados à época da pesquisa. **Resultados e Discussões:** Quanto aos respondentes, houve uma predominância do sexo feminino (52,83%), turno noturno (57,08%) e alunos que concluíram até a metade do curso (53,30%). Com relação à faixa etária, a amostra revelou-se jovem, possuindo até 20 anos (57,08%). O respondente mais novo tinha 16 anos e o mais velho, 48 anos. Observa-se que as principais competências identificadas, na percepção dos estudantes, para os docentes de contabilidade referem- se, respectivamente à: boa postura, boa didática, bom relacionamento com a turma, grande conhecimento e significativa experiência. Tais resultados são convergentes com pesquisas desenvolvidas anteriormente (NOGUEIRA; CASA NOVA; CARVALHO, 2012; KÜHL et al., 2013; ORO; SANTANA; RAUSCH, 2013; REZENDE; LEAL, 2013; FARIAS et al., 2018; GUELFI et al., 2018; SOUZA-SILVA et al., 2018). O papel do professor vai além de ensinar. Os docentes transformam seus alunos em profissionais e pessoas melhores, por isso é importante investigar maneiras que facilitem esse processo de ensino-aprendizagem. Assim, considera-se que este estudo trouxe fatores que podem contribuir para melhorias na área do ensino do curso de ciências contábeis da UVA. **Conclusões:** Conclui-se, portanto, que o bom professor, na visão dos estudantes de ciências contábeis da UVA, deve ter boa postura, boa didática, bom relacionamento com a turma, grande conhecimento e significativa experiência.

**Palavras-chaves:** Competências docentes; Estudantes; Ciências Contábeis; Ensino superior.

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## AS PRÁTICAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL COMO FATOR DE CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO NA CIDADE DE VARJOTA

**Igor Humberto Ferreira Moura**

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA

igorhumberto1@hotmail.com

**Prof. PhD Francisco Apoliano Albuquerque**

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA

oraculo49@yahoo.com.br

**Introdução:** No presente estudo, abordaremos as principais práticas econômico-culturais realizadas na cidade de Varjota, localizada às margens do açude Paulo Sarasate, a 72,9 quilômetros da cidade de Sobral. A pesquisa foi realizada com autoridades públicas, membros da população e empreendedores do município, visando demonstrar o impacto econômico gerado por tais práticas, revelando dados sobre oferta e demanda dos produtos e serviços encontrados. **Objetivo:** O objetivo desse trabalho é analisar os fatores econômicos presentes no município, o qual possui um importante papel na geração de renda e desenvolvimento socioeconômico na região norte do estado do Ceará. Analisamos de maneira quantitativa a importância das práticas econômicas para o desenvolvimento e destaque regional em meio a grande concorrência com as zonas de maior fluxo comercial.

**Metodologia:** Na pesquisa utilizamos entrevistas com consumidores locais para saber suas opiniões em relação à relevância das atividades econômicas da região e produtos disponibilizados, além de entrevista realizada com a administração municipal para analisar o impacto dessa produção na economia local, conhecer qual o suporte que o Estado presta para a realização de tais atividades, e quais as políticas socioeconômicas empregadas no município. Ressaltamos que os dados foram colhidos com consentimento dos mesmos. **Resultados e Discussões:** Como resultados, destacamos que a qualidade dos produtos ainda é uma problemática para uma parte da população, pois, a falta de infraestrutura adequada para a execução de determinadas atividades impossibilita a melhoria dos abatedouros de animais, gerando uma certa insegurança na população consumidora. Porém, no setor da agricultura, projetos públicos incentivam a produção, garantindo produtos de qualidade a um preço acessível.

**Conclusões:** Portanto, identificamos que os programas governamentais e as práticas econômicas do município proporcionaram a geração de empregos, o aumento dos fluxos de comércio, e destruição de renda, tornando a cidade referência em estado de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Econômico; Atividades Econômicas; Políticas de Desenvolvimento.

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## ASSIMILAÇÃO DE CONTEÚDOS RELACIONADOS ÀS FINANÇAS PESSOAIS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UVA

**José Januan de Sousa Pereira**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
januann\_sousa@hotmail.com

**Francisco José Carneiro Linhares**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
franjocarli@gmail.com

**Introdução:** É notório que o conhecimento financeiro é importante para a qualidade de vida das pessoas. Porém, muitas pessoas têm graves dificuldades financeiras ligadas à falta de conhecimento da área. Observa-se que o curso superior de Ciências Contábeis possui disciplinas voltadas para as finanças, que podem ajudar na organização financeira dos cursistas. **Objetivo:** Assim, o objetivo deste estudo é observar o conhecimento em finanças dos estudantes do primeiro e do último semestre do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual Vale do Acaraú. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, quanto aos objetivos a pesquisa é caracterizada como descritiva, quanto aos procedimentos considera-se como uma pesquisa de campo realizada por meio de um questionário com 72 alunos. **Resultados e Discussões:** A pesquisa foi realizada com ingressantes e concluintes, 55,6% são concluintes, e 44,4% são ingressantes, destes, 51,3% são mulheres e 48,7% são homens. 50,7% do total se classificam como insatisfeitos quanto ao seu conhecimento financeiro, sendo 56,7% dos ingressantes, e 48,7% dos concluintes, os satisfeitos representam 47,9% do total, sendo 43,7% dos ingressantes, e 48,8% dos concluintes, apenas 1,4% do total se considera muito satisfeito, mesma taxa de muito insatisfeito. Observa-se que os ingressantes estão mais insatisfeitos com seu conhecimento financeiro do que os concluintes. Com relação à preocupação quanto ao futuro financeiro, 53,1% dos ingressantes estão preocupados, mas não fazem nada em relação a isso; 37,5% estão preocupados, mas apenas planejam investimentos; 6,3% têm preocupação e já investem; e 3,1% não possuem preocupação. Enquanto entre os concluintes, 57,5% se preocupam e planejam; 40,0% se preocupam, mas não fazem nada em relação a isso e 2,5% se preocupam e já fazem investimentos, nenhum deles disse não se preocupar. Quanto à relação entre conhecimento financeiro e o ingresso na universidade, 71,9% dos ingressantes consideram que seu conhecimento financeiro melhorou ao ingressar na universidade, pois obtiveram mais conhecimento; 15,6% melhoraram suas finanças, mas não associam isso ao conhecimento obtido na academia; 6,3% acham que suas finanças não melhoraram, pois, a universidade elevou seus custos; mesma taxa dos que acham que não melhoraram, mas não associam isso à universidade. Quanto aos concluintes, 67,5% disseram que suas finanças melhoraram devido ao maior conhecimento financeiro adquirido na universidade; 27,5% que melhoraram, mas não associam isso à universidade; e, 5,0% que piorou, mas não associa ao curso superior. **Conclusão:** O trabalho mostra que os estudantes em fase de conclusão do curso possuem hábitos financeiros mais saudáveis que os ingressantes, embora alguns não associem isso ao ingresso na universidade. Observou-se ainda que os concluintes possuem preocupações financeiras maiores do que os ingressantes. A maior parte dos entrevistados concorda que a universidade trouxe conhecimentos que impactaram diretamente suas finanças pessoais.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Finanças Pessoais; Ciências Contábeis.

**CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO**

## **ATRIBUIÇÕES DOS SETORES QUE PARTICIPAM DO PROCESSO LICITATÓRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ**

**Marcos Bruno Messias de Sousa**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
marcosnarede1559@gmail.com

**Maria Rodrigues Cavalcante**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
mariarodrigues274@gmail.com

**Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
cintiavmg@gmail.com

**Introdução:** As licitações são executadas dentro de uma estrutura, em que cada componente é responsável direta ou indiretamente pelo processo como um todo. **Objetivo:** Definir as atribuições de cada setor que participa da licitação da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). **Metodologia:** Realizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental. **Resultados e Discussões:** Foram identificados nove setores envolvidos nos trâmites dos processos licitatórios: Setor requisitante, Comissão Interna de Licitação (CIL), Protocolo, Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Reitoria, Procuradoria Jurídica (PROJUR), Departamento Financeiro (DEFIN), Divisão de Material e Patrimônio (DIMAP). O setor requisitante é quem solicita a abertura e o cadastro do processo licitatório. A solicitação é feita formalmente com base nos seguintes documentos: Ofício, Justificativa, Termo de Referência, Mapa Comparativo e as Propostas. A CIL acompanhou todos os procedimentos licitatórios, agindo como maestro nos trâmites do processo para os outros setores. Responsabiliza-se pela instrumentalização do edital, sendo uma central informativa aos licitantes e demais departamentos da Universidade. Também é responsável por alimentar o sistema *licitaweb* e por arquivar todos os processos físicos. O Protocolo é o setor de abertura e cadastro de processos, que os recebe e os encaminha para os setores. A PROAD é encarregada pela aquisição de material permanente e pelos contratos de serviços. A PROPLAN é responsável pela previsão, pela classificação da dotação orçamentária, pela liberação de parcelas, pela análise e pesquisa de preços, pelo cadastro dos contratos para serem futuramente publicados, pela execução de análise dos recursos para futuras contratações e pela administração dos recursos de convênios. A Reitoria é a responsável pelo deferimento dos processos, sob anuência do ordenador de despesa. Normalmente, todos os documentos submetidos à assinatura do ordenador são encaminhados para este departamento. Na PROJUR realiza-se a análise e a anuência dos processos com base na legalidade dos procedimentos e na emissão de pareceres, que fundamentam os processos legalmente. À DEFIN é incumbido o processo de empenho, que, frequentemente, é executado após publicação dos extratos ou aviso de resultado final. Por fim, a DIMAP, subordinada à PROAD, é responsável pelo controle do patrimônio da Universidade. Esse setor dá a anuência de todas as solicitações referentes a materiais de consumo ou permanentes. **Conclusões:** Conclui-se que cada setor tem sua importância para o sucesso dos processos licitatórios e não somente a Comissão de Licitação que é responsável por esses processos. Além disso, esse trabalho contribui para a divulgação dos trâmites dos processos licitatórios da UVA.

**Palavras-Chave:** Processo licitatório; setores; UVA.

## AUDITORIA DE GESTÃO: utilização de indicadores de gestão no setor público

**Angélica Sampaio Santos**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
angelicasamp.sant@gmail.com

**Maria Raynne Gomes dos Reis**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
raynnereis@hotmail.com

**Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
ludmila\_apoliano@uvanet.br

**Introdução:** Nas últimas décadas, a Gestão Pública evoluiu significativamente e tal fato se deve em virtude de uma série de dispositivos legais responsabilizando Estado e gestores. Isto somado ao crescimento de controle que cria um cenário desafiador dentro do serviço público, daí, far-se-á um paralelo no controle dos serviços públicos / auditoria de gestão e a utilização de indicadores de gestão no setor público. **Objetivo:** Identificar o papel e a utilização de indicadores de gestão no setor público. **Metodologia:** A pesquisa será uma abordagem qualitativo-descritiva com o objetivo de realizar uma análise documental visando formar a base conceitual para a abordagem do problema. O artigo está organizado em duas seções: fundamentos da auditoria de gestão, e os indicadores de gestão pública. **Resultados e Discussões:** Os Indicadores de gestão tratam-se de unidades de medida que possibilitam o acompanhamento e avaliação em forma periódica, tendo como tarefa básica a de expressar uma determinada situação que se deseja avaliar a partir da auditoria. Na gestão pública, os indicadores são utilizados pelos gestores para revelar a situação presente das políticas e sua evolução, tendo o propósito de informar o que estão fazendo, como estão se saindo e se estão agindo a partir da avaliação de desempenho financeiro, social e ambiental. Dentre os indicadores presentes na esfera governamental, destacamos quatro: *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization(EBITDA)*, utilizado para verificar quanto sobrou da arrecadação do governo municipal, federal ou estadual; *Balanced Scorecard(BSC)*, focado no gerenciamento do desempenho operacional otimizando o uso dos recursos a tomar decisões baseadas em cinco etapas: estudo estratégico, onde se avalia a interação entre os ambientes externo e interno; formulação estratégica, a execução derivada do plano estratégico; implementação, a operacionalização da estratégia traçada; acompanhamento, a mensuração ocorrida no ano para identificar se as metas estão sendo atingidas e ajustadas, e, a prestação de contas, onde os desvios são apresentados e explicados, além das medidas de correção realizadas; *Produtividade*, indicador utilizado para comprovar o trabalho efetivo do funcionário e sua contribuição no alcance das metas; e como último indicador, *Qualidade*, utilizado para medir o nível de satisfação da população em relação a um determinado serviço prestado. **Conclusão:** O trabalho apresentou a importância da utilização de indicadores de gestão no setor público. Indicadores estes que contribuem para que ocorram o desenvolvimento e consolidação da administração pública e a qualidade dos serviços prestados, buscando sempre ampliar o grau de satisfação da sociedade. Sendo assim, constatou-se que os indicadores de gestão não se restringem apenas em mensurar, mas também em estabelecer índices que possam calcular resultados, bem como monitorar, orientar e induzir a organização rumo a ações preventivas e corretivas.

**Palavras Chaves:** Indicadores; Gestão Pública; Auditoria de Gestão.

## **CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHOS PUBLICADOS NO CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE**

**Jonathan Iury Freire Machado**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
ji.alca@hotmail.com

**Mayara Queiroz Sampaio**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
mayaraqsam@hotmail.com

**Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
cintiavmg@gmail.com

**Introdução:** A iniciação científica é um importante mecanismo para desenvolver a pesquisa entre os alunos de graduação. Dessa forma, torna-se importante verificar os principais trabalhos publicados em encontro de iniciação científica da melhor universidade da América Latina (QS TOP UNIVERSITIES, 2018). **Objetivo:** Identificar as características dos trabalhos publicados no Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. **Metodologia:** Realizou-se uma análise bibliométrica do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade nos estudos publicados de 2016 a 2018. **Resultados e Discussões:** Observou-se um aumento na quantidade de artigos publicado ao longo dos três anos estudados. Em 2016 foram apenas 42 trabalhos, em 2017, 67, e em 2018, 89. O número de autores que publicaram mais de um artigo por ano também aumentou. No ano de 2016 foi identificado apenas um autor com três artigos e 16 com dois trabalhos, em 2017 foram três autores com três trabalhos e seis com duas pesquisas e no ano de 2018 foram quatro autores com três estudos e 16 com dois trabalhos. Analisando a quantidade de autores por artigos, percebeu-se em 2016 que a maioria dos trabalhos possuía quatro autores, enquanto em 2017, a maioria tinha apenas dois autores e em 2018, a maior quantidade dos trabalhos tinha quatro autores. Acerca do sexo, houve uma pequena predominância do sexo feminino nos trabalhos publicados, com 56% de participação em 2016 e 2018 e 52% no ano de 2017. A Universidade que mais publicou no ano de 2016 foi a Universidade Estadual da Paraíba, com 11 trabalhos aprovados. Nos anos de 2017 e 2018, a Universidade de São Paulo foi a que teve mais representatividade, com 18 e 25 artigos, respectivamente. As palavras-chave mais utilizadas foram evidenciação, governança corporativa e *disclosure*, nos anos de 2016, 2017 e 2018. A abordagem quantitativa foi o tipo de pesquisa mais utilizado e, quanto aos objetivos, o estudo descritivo foi o mais verificado durante os três anos. **Conclusões:** Conclui-se, portanto, que houve um aumento na quantidade de pesquisas realizadas nos três anos analisados do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, o que evidencia um maior interesse dos estudantes de graduação na iniciação científica, ajudando a contribuir para a divulgação da pesquisa em contabilidade. Além disso, observou-se uma maior participação feminina nos trabalhos, que, embora modesta, mostra que as mulheres pesquisam mais que os homens em contabilidade. Ressalta-se que chamou atenção das palavras-chave mais evidenciadas, o que denota uma preocupação com a evidenciação e com os mecanismos que diminuem os conflitos de interesses (governança corporativa). Esse trabalho também contribui para um maior conhecimento das principais características dos trabalhos publicados em iniciações científicas.

**Palavras-Chave:** Iniciação científica, análise bibliométrica, Congresso USP.

## **CONVÊNIOS FEDERAIS: EM FUNÇÃO DAS ALOCAÇÕES DE RECURSOS PÚBLICOS NA UVA**

**Haroldo Paulino Gomes Junior**

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

haraldo.ep13@gmail.com

**Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Kaliny\_pessoa@uvanet.br

**Introdução:** A Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), é um dos setores da universidade que representa um dos alicerces que auxilia a UVA, no planejamento de estratégias para a captação de recursos (convênios federais), assim buscando melhores aplicações de recursos públicos para atender a demanda pública da instituição.

**Objetivo:** O objetivo do trabalho é relatar a participação dos convênios (uma das coordenadorias da PROPLAN) na gestão da UVA, as atividades administrativas, e os conhecimentos adquiridos pelo estagiário no âmbito do trabalho durante o Programa de Bolsa de Permanência Universitária (PBU). A PROPLAN, diante suas alocações de recursos, aplica recursos na instituição provenientes de convênios federais. Os convênios são acordos oriundos das esferas públicas ou privadas, que beneficiam ambas as partes, porém é necessário fornecer a esfera superior às contrapartidas para a manutenção do ciclo público. Ressalta-se que a apropriação de convênios segue uma legislação específica, no caso da UVA, a portaria-interministerial 424/2016. Os convênios federais, são de fundamental relevância para a instituição, pois estes norteiam a PROPLAN quais estratégias devem ser apropriadas para a captação de recursos, ou seja, quais as medidas a serem tomadas, sendo estas, embasadas na estabilização da UVA. **Metodologia:** A UVA, é contemplada com sete convênios, distribuídos em execução, em prestação de contas, e aguardo de envio de fundos. Diante tais convênios, foram alimentadas planilhas nos programas Excel e Libre Office, para obter um maior controle das emissões de parcelas de diárias e passagens dos professores, assim posteriormente os arquivamentos destes mesmos documentos. **Resultados e Discussões:** A UVA se encontra com três convênios vigentes, dois PARFORs e um PRÓ-SAÚDE. Estes convênios propiciam formação de professores quanto as suas atividades desenvolvidas, assim como de estudantes e das comunidades locais. A mesma aguarda envio de fundos para execução do convênio (PROEXT)-Saúde Reprodutiva, o qual visa a extensão da educação no âmbito da saúde reprodutiva de adolescentes. Há também os convênios os quais estão em prestação de contas, dentre eles, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o qual busca equipar os laboratórios dos alguns cursos da área de ciências da natureza e zootécnicas, e aos seus mestrandos, o (PRONERA), cujo objetivo é formar 100 discentes, provenientes de áreas de reforma agrária e o PROEXT-Visualidades/Educação no Campo, convênio este o qual há duas finalidades, identificar o registro audiovisual para a preservação do patrimônio cultural da cidade de Sobral/CE, e formar professores para a educação no campo. **Conclusões:** Portanto, ressalta-se que a captação de convênios federais é indispensável para a UVA, pois tais recursos públicos visam atender a instituição e a estabilização do ensino público.

**Palavras-chave:** Proplan; Convênios; Recursos.

## **EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA SERRA DA IBIAPABA-CE NO PERÍODO DE 2017 A 2018**

**Gilson Gomes de Araújo**

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

gilsongomes775@gmail.com

**Antonia Meneses de Carvalho**

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

antoniamenesesc@hotmail.com

**Luciene Santos Lima**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

lusalia19@hotmail.com

**Introdução:** Resultado Primário basicamente é definido pela diferença entre receitas e despesas, não sendo incluído as receitas e despesas com juros do pagamento da Dívida Pública, como definido pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Para se encontrar o Resultado Primário deve-se analisar a diferença entre as receitas e as despesas primárias, a qual sendo a receita maior que a despesa, terá sido registrado um superávit primário, ocorrendo o contrário, terá sido registrado um déficit primário. **Objetivo:** O Objetivo do presente trabalho foi analisar os dados referentes a evolução do resultado primário alcançado nos anos de 2017 e 2018 pelos municípios da Serra da Ibiapaba, que são: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, São Benedito, Ibiapina, Ipu, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará, observando se os mesmos atingiram as metas estabelecidas, se o orçamento executado no presente ano com as receitas realizadas e despesas empenhadas registraram superávit primário ou déficit primário. **Metodologia:** A Metodologia utilizada foi a descritiva, na qual foi analisado as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) de cada um dos municípios referentes aos exercícios fiscais de 2017 e 2018, como os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e a Prestação de Contas de Governo. O estudo de baseou nos conceitos da Contabilidade Pública, como a Lei 4320/64 que estatui normas gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanço da União, Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a Lei 101/2000 de Responsabilidade Fiscal, as NBCASP e o MCASP. **Resultados e Discussões:** O Estudo identificou que dos 9 municípios que compõem a região, 7 registraram superávit em 2017 e 5 em 2018, e 2 déficit (2017) aumentando para 4 (2018). Alguns dos municípios registraram receitas menores do que o previsto, bem como nos repasses das esferas federais e estaduais e enfrentaram deterioração de suas contas de um ano para o outro, alguns registram saldos negativos, porém menores que o ano anterior, outros reverteram o déficit e outros o superávit. **Conclusões:** Portanto para se ter uma gestão que seja eficaz e eficiente com relação aos recursos públicos, a administração pública deve se utilizar de mecanismos de tomada de decisão para corrigir o que é necessário. Os municípios que tiveram uma gestão mais eficiente com relação ao uso dos recursos públicos conseguiram evitar desequilíbrios orçamentários ao serem mais cautelosos com a execução das despesas.

**Palavras-chave:** Orçamento; Execução; Eficiência.

**CENTRO ACADÉMICO DE CIÉNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO**

## **EXPERIÊNCIAS VIVIDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DO NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE**

**Haroldo Paulino Gomes Junior**

*Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
haroldo.ep13@gmail.com*

**Gessica Batista dos Santos**

*Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
gessicabatistax241@gmail.com*

**Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino**

*Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
cintia\_monteiro@uvanet.br*

**Introdução:** O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal da Universidade Estadual Vale do Acaraú (NAF/UVA) é um projeto de extensão em parceria com a Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ-CE) e a Secretaria de Orçamento e Finanças de Sobral (SEFIN) voltado à cidadania e à educação financeira, que leva atendimento gratuito à comunidade hipossuficiente. Atualmente, o NAF/UVA conta com a participação de 11 discentes, sendo 10 voluntários e um bolsista, provenientes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito, sob a coordenação de dois professores do curso de Ciências Contábeis da UVA. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é apresentar a atuação do NAF/UVA no período de isolamento social. **Metodologia:** Inicialmente os estagiários do NAF/UVA receberam treinamentos on-line pelo Google Meets sobre o Auxílio Emergencial. Também eram realizadas reuniões periódicas para alinhamento dos atendimentos, que eram realizados por e-mail e redes sociais, como Instagram e WhatsApp. As dúvidas sobre os atendimentos eram esclarecidas por meio de um grupo do WhatsApp com todos os membros e os coordenadores do projeto. **Resultados e Discussões:** O início do isolamento social foi marcado por uma grande quantidade de atendimentos sobre o Auxílio Emergencial. Logo, ampliou-se o número de voluntários durante os meses de abril a junho para auxiliar nos atendimentos on-line. Foram selecionados mais 11 alunos do curso de Ciências Contábeis, membros do Centro Acadêmico e da Empresa Júnior. Até 31 de julho, o NAF/UVA contabilizou 1.505 atendimentos, sendo destaque nacional no ranking da RFB. Durante o isolamento, o NAF/UVA também participou de treinamentos promovidos pela RFB e SEFAZ-CE e realizou outras atividades. Em maio, o NAF/UVA realizou o primeiro Workshop on-line sobre o Imposto de Renda Pessoa Física. Em junho promoveu o NAF Talk “A atuação dos NAFs em período de Isolamento Social”, com participação dos coordenadores dos NAFs da UVA, Estácio, Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Nesse mesmo mês, o NAF/UVA também participou de uma live pelo Instagram com o NAF da Estácio Moreira Campos sobre o Imposto de Renda. Nos meses de junho e julho realizou as palestras “Tributos incidentes sobre a atividade agropecuária” e “Declaração de Imposto de Renda do Produtor Rural” para o curso de Zootecnia da UVA. Em julho, participou de uma live com o Sindicato dos Professores da UVA para falar sobre a atuação do NAF/UVA no período de quarentena. Em agosto, foi realizado o segundo NAF Talk intitulado “Gabaritando Contabilidade Geral e Societária”, uma palestra sobre “Educação Fiscal e Cidadania” na Pré-Semana de Contabilidade 2020 e também uma participação no Webinar da RFB. **Conclusões:** A atuação do NAF/UVA nesse período de quarentena foi de extrema relevância, principalmente, aos cidadãos hipossuficientes. Dessa forma, conclui-se que o projeto cumpriu seu papel, trazendo impacto positivo para a sociedade.

**Palavras-chaves:** NAF/UVA; Isolamento Social; Atendimentos.

## FATORES CRÍTICOS PARA O CONSUMO ONLINE: O CASO TWITCH TV

**Edvaldo Anderson Martins Braga**  
 Universidade Estadual Vale do Acaraú  
 anderson\_emb@outlook.com

**Carlos Henrique Farias de Melo Canda Siqueira**  
 Universidade Estadual Vale do Acaraú  
 carlos\_canda@hotmail.com

**Francisco Geilson Vasconcelos Marques**  
 Universidade Estadual Vale do Acaraú  
 geilsonmarques01@gmail.com

**Introdução:** O presente artigo pretende esclarecer se os fatores culturais e sociais podem ser considerados uma ferramenta mercadológica no meio do serviço de transmissão contínua, na medida em que vai ao encontro das necessidades e desejos dos consumidores a serem supridas. Demonstra a partir de um estudo qualitativo que teve com intuito maior revelar os fatores cruciais para a consolidação da compra na plataforma. A criação de esqueletos da metodologia de persona, indicaram resultados compatíveis com o desenvolvimento do comportamento de compra do consumidor proposto por Engel, Blackwell e Miniard. **Objetivo:** O objetivo da pesquisa foi compreender os fatores determinantes para a efetivação da compra no serviço de streaming oferecido pela *Twitch Tv* no Brasil, utilizando a metodologia de persona. A pesquisa teve como objetivo abranger dentro do espectro dos espectadores, o mais variado público possível dando abertura para a compressão de fidelização de clientes. **Metodologia:** Possuindo caráter qualitativo, deste modo, a metodologia usada foi a de Personas. Tal metodologia é estabelecida através da representação fictícia de dados reais sobre comportamento e características dos entrevistados. A persona guia a criação de conteúdo e torna o foco mais preciso na análise de comportamentos. **Resultados e Discussões:** A criação da persona introduz uma visão alternativa na interpretação do comportamento de compra do consumidor. A personificação detém a capacidade de abranger públicos gerais ou específicos no consumo, mediante ao porquê da pesquisa. Com o objetivo de aprofundar no comportamento de compra do consumidor e compreender as estratégias de captação de clientes utilizadas pelos produtores de conteúdo da *Twitch Tv*, foi feito um estudo de caso com análise dos perfis do produtor e consumidor, dando enfoque qualitativo e exploratório, definidos no período pré-definido de maio a agosto de 2019. Entre as principais descobertas, o fator emocional é dado como protagonista na consolidação da compra. Três arquétipos foram criados durante a pesquisa, abrangendo fatores cruciais, tais como: comunidade, apoio financeiro e identificação. A partir da personificação, os profissionais podem estabelecer novos métodos de captação e fidelização de consumidores. Criando assim uma ferramenta específica, sendo de acordo com o público a ser estudado. **Conclusões:** Portanto, pode-se dizer que essa pesquisa obteve êxito em concluir os seus objetivos. Visto que a aplicação do método qualitativo permitiu a obtenção de resultados específicos, e a partir da riqueza de informações geradas abre um leque de oportunidades para reflexões e estudos futuros. Além de abrir a possibilidade de investimento em diversos setores da administração e da contabilidade.

**Palavra-chave:** Consumidor; Persona; Comportamento

## FLUXO DE CAIXA COMO ELEMENTO CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

**Antonio Vinicius Dias Holanda**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

viniciusdiash@hotmail.com

**Dávila Antônia Vasconcelos**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

davilavasc@outlook.com

**Raul Moreira Silva**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

raulmoreira07@hotmail.com

**Prof. Phd. Francisco Apoliano Albuquerque**

Orientador Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú

oraculo49@yahoo.com.br

**Introdução:** Micro e pequenas empresas representam importante influência na estrutura econômica e social de qualquer país. No Brasil, constituem 99% das empresas de comércio, demonstrando que, pela influência que estes empreendimentos possuem, é necessário que tenham uma administração eficiente de suas finanças. Visto que, uma parcela expressiva desse nicho de empresas não consegue sobreviver ao longo de poucos anos, pois seus dirigentes não possuem conhecimento necessário para gerenciamento do negócio, uma gestão financeira eficiente pode proporcionar aos gestores informações capazes de influenciar de forma positiva em suas tomadas de decisão. **Objetivo:** O objetivo principal deste trabalho é discorrer sobre como a administração financeira pode ajudar micro e pequenas empresas tornarem-se mais eficientes em sua gestão, utilizando o fluxo de caixa e gerando resultados positivos em seu exercício. **Metodologia:** Este trabalho é de cunho exploratório, buscando levantar hipóteses baseadas em pesquisas de amostragem, evidenciando quais as principais contribuições que o fluxo de caixa pode proporcionar à gestão financeira, que pode ajudar a reduzir o número de empresas com baixo índice de sobrevivência no mercado. O correto gerenciamento dos recursos financeiros foi abordado neste estudo de forma aprofundada, com foco nas demonstrações financeiras, que evidenciam os controles das transações com numerários, bem como demonstrar a importância da contabilidade para o grupo pesquisado. A problemática constitui-se em como as micro e pequenas empresas podem utilizar eficazmente a administração financeira, de forma a produzir uma melhor lucratividade. **Resultados e Discussões:** Segundo a pesquisa demográfica das Empresas 2014, divulgada pelo IBGE, de cada dez empresas, seis fecham antes de completar 5 anos, mostrando que quanto menor for o número de empregados, menor o número de sobrevivência da população pesquisada. A simples aplicação de um Fluxo de caixa direto feito de forma correta, registrando os recebimentos e pagamentos das atividades operacionais, pode proporcionar uma visão mais clara ao gestor de como está a saúde do seu negócio. Pode-se também recorrer a modelos de fluxos de caixa mais complexos que evidenciem e projetam as atividades financeiras, gerando informações mais completas. **Conclusões:** Portanto, o estudo mostra que existe uma necessidade das micro e pequenas empresas adequarem-se às demonstrações contábeis para que possam aumentar seu resultado líquido. O fluxo de caixa é uma demonstração dinâmica e de fácil compreensão que oferece ao gestor uma quantidade de informações que representam a previsão, controle e o registro de entradas e saídas financeiras, durante um determinado período, podendo proporcionar uma visão mais clara da saúde financeira da empresa. Com o fluxo de caixa, pode-se fazer uma projeção do futuro, elaborando um fluxo de caixa projetado.

**Palavras-chave:** Fluxo de Caixa. Administração Financeira. Gestão.

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## **GERENCIAMENTO DE CUSTOS DA QUALIDADE: ESTUDO DE CASO NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UVA**

**Gilson Gomes de Araújo**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
gilsongomes775@gmail.com

**Kleine Vieira Ribeiro**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
kleinevieira12@gmail.com

**Francisco Apoliano Albuquerque**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
oraculo49@yahoo.com.br

**Introdução:** Neste trabalho foi analisado a ferramenta Gerenciamento de Custos da Qualidade (GQC) e os benefícios que a sua aplicação traria para o Restaurante Universitário da UVA caso viesse a ser executado nesse instrumento da Administração Pública. Esperou-se que falhas internas e externas identificadas pudessem vir a ser corrigidas. **Objetivo:** O objetivo geral deste estudo é de determinar como o GCQ pode vir a melhorar os serviços ofertados pelo Restaurante Universitário da UVA, observando o que está sendo feito e o que pode ser realizado para corrigir problemas que foram identificados. **Metodologia:** Aplicou-se um questionário com questões de múltipla escolha com usuários do RU UVA e ocorreu a realização de entrevistas e coletas de dados no referido equipamento. O estudo abordou conceitos relacionados à Administração Pública, se baseando em normas que a regem como as Leis 101/2000 e 4320/64, e as NBC TSP, além de assuntos relacionados aos custos da qualidade no setor público. **Resultados e discussões:** O estudo identificou alguns problemas, como o desperdício por parte dos usuários, que questionaram a qualidade da comida oferecida no Restaurante Universitário, a falta de mais opções no cardápio, causadas principalmente por questões logísticas, por conta das refeições serem feitas externamente, com relação ao sabor da comida servida e problemas internos como a ventilação artificial. **Conclusão:** O RU UVA caso venha a aplicar diversos aspectos do GCQ poderá a vir oferecer serviços melhores aos seus usuários, buscando diminuir o desperdício ao mantê-los satisfeitos, e que os problemas identificados podem ser corrigidos através de ações simples que passam desde pesquisas de opinião com usuários, ao treinamento mais intenso de seus colaboradores e gastos relativos à qualidade do produto ofertado e na manutenção da infraestrutura do presente equipamento.

**Palavras-chave:** Custos; Qualidade; Administração Pública; Restaurante.

**CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO**

## **GOVERNANÇA PÚBLICA DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA**

**Juliana Silva Fontenele**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
fontenelejuliana13@gmail.com

**Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
francymacedo2011@gmail.com

**Introdução:** A governança pública é um instrumento constituído por tradições e instituições pelas quais a autoridade de um país é exercida. Compreende o processo pelo qual os governos são escolhidos, monitorados e substituídos, abrangendo a capacidade do governo em articular e executar, eficazmente, políticas sólidas, bem como, inclui o respeito dos cidadãos e do Estado para com as instituições que governam as relações econômicas e sociais entre eles. Sendo assim, a boa governança é essencial para a gestão econômica e financeira, vez que inclui, estabilidade macroeconômica, compromisso com a equidade social e econômica, estimulando a existência de instituições eficientes por meio de reformas estruturais. A governança pública representa mais do que um meio para proporcionar o bem comum, pode ser relacionada com a capacidade do governo ajudar os cidadãos a alcançarem satisfação individual e prosperidade material. Nesse contexto, a boa governança pública concretiza-se quando os titulares dos cargos públicos alocam e gerenciam eficientemente os recursos públicos. Pode-se interpretar que o governo existe para servir às necessidades da coletividade e, a governança para controlar as ações dos governantes. **Objetivo:** Este estudo teve por objetivo analisar a governança pública dos países da América Latina. **Metodologia:** Realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa, com a utilização de estatística descritiva. O período correspondeu ao intervalo entre os anos de 2000 a 2015. A medida de governança utilizada foi o Indicador de Governança Mundial emitida pelo Banco Mundial. **Resultados e Discussões:** Os resultados indicaram que o Chile apresentou a melhor governança pública dentre os 17 países latino-americanos em análise. Do mesmo modo que o Chile, os países Uruguai e Costa Rica destacaram-se ante os demais por registrarem, respectivamente, a segunda e a terceira maior pontuação média no índice de governança pública. Já a Venezuela registrou a menor pontuação média. Após a Venezuela, os países Paraguai e Guatemala foram àqueles que tiveram as menores pontuações no índice. De forma geral, Brasil e Panamá apresentaram pontuações positivas. Enquanto Argentina, Bolívia, Colômbia, República Dominicana, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua e Peru registraram pontuações negativas. **Conclusões:** Através da pesquisa, concluiu-se que os países da América Latina, de modo geral, precisam melhorar bastante seus indicadores de governança, para que possam ser chamados de países desenvolvidos e respeitados econômica e politicamente no cenário internacional.

**Palavras-chave:** Governança Pública; América Latina; Gestão Pública.



CENTRO ACADÉMICO DE CIÉNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA: UM ESTUDO SOBRE A RENTABILIDADE DE EMPRESAS LISTADAS NA BOLSA

Carlos Jânder Vasconcelos Morais  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)  
e-mail: carlosjander.1492@gmail.com

Israel Lucas de Oliveira Aguiar  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)  
e-mail: israel\_lucas@uvanet.br

**Introdução:** Os investidores ao tomarem suas decisões devem agir com racionalidade para tanto é necessário um enfoque para o planejamento tributário que consome parte significativa do valor aplicado. Sobre a míria de tributária destaca-se um importante instrumento arrecadatório do governo federal, que é o imposto de renda e proventos de qualquer natureza. Dada à circunstância competitiva as empresas demandam compreender a interferência desse tributo em seu desempenho. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo comparar as alíquotas de impostos sobre o lucro com os percentuais efetivamente pagos pelas empresas listadas na bolsa de valores brasileira ao longo dos anos por setor. Assim como analisar quais os impactos sobre a rentabilidade das empresas em estudo. **Metodologia:** Este trabalho utiliza uma abordagem quantitativa, uma vez que os dados disponibilizados pelas empresas em seus demonstrativos são processados em índices financeiros: Retorn on Assets (ROA) que significa Retorno sobre Ativos e Retorn on Equity (ROE) que significa retorno sobre o Patrimônio e a alíquota efetiva que são confrontados por meio de método estatístico Correlação de Pearson na qual são feitas as observações. **Resultados e Discussão:** Por meio do software estatístico STATA© foi possível chegar aos seguintes resultados, em média as empresas possuem taxa efetiva de pagamento de impostos sobre rendimentos no valor de 11,48%. Em média, mais de 50% das empresas listadas na bolsa entre os anos de 2010 e 2018, pagam menos de 30% em impostos sendo aplicado apenas 18,94%. Outro resultado obtido é que em torno de 25% das empresas listadas na Bolsa no período de 2010 a 2018, pagam mais de 30% dos seus lucros em impostos. Estes resultados permitiram inferir que as empresas pagam percentualmente bem menos que a legislação determina, no entanto constata- se que as empresas em média apresentaram um retorno negativo tanto no ROE como no ROA. **Conclusão:** Depreende-se que os estudos aprofundados das alíquotas efetivas dos tributos sobre rendimentos comprovam o quanto atrativos são alguns investimentos em razão da ineficiência em tributar empresas de grande porte presentes na bolsa de valores. Em compensação, as empresas em média estão oferecendo um retorno negativo em seus investimentos, essa contradição identificada poderá ser objeto de estudos futuros na perspectiva de ações de melhoria na gestão financeira e tributária das entidades privadas.

**Palavras-chave:** investimento; rentabilidade; eficiência; contabilidade tributária.

## INVESTIMENTO NO TESOURO DIRETO: UMA ANÁLISE DE TÍTULOS PÚBLICOS PREFIXADOS E PÓS-FIXADOS

**Maria Kreviane de Sousa**

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Krevianesousa14@gmail.com

**Francisco José Carneiro Linhares**

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

franjocarli@gmail.com

**Introdução:** Ter uma vida financeira equilibrada, na teoria pode parecer fácil, mas não gastar além dos seus ganhos isso é algo difícil para significativa parte das pessoas. Muito se discute sobre a importância de onde aplicar o dinheiro economizado e, dentre as várias possibilidades, está a ideia de investir no mercado financeiro. Atualmente há diversos instrumentos à disposição, tais como: títulos e valores mobiliários (ações, debêntures etc.), depósitos a prazo, cadernetas de poupança, criptomoedas, títulos públicos e outros. Os títulos públicos estão entre essas opções e, de acordo com o livro Mercado de Valores Mobiliários Brasileiros (CVM, 2014) há uma grande variedade destes, cada um com características próprias em termos de prazos de vencimentos e rentabilidade. Atualmente, o investidor conta com o portal Tesouro Direto através do qual é possível comprar diretamente, pela internet, Títulos Públicos Federais, de emissão do Tesouro Nacional. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo realizar uma comparação entre os ganhos líquidos obtidos em dois títulos públicos federais: LTN-2025, prefixado, e LFT-2025, pós-fixado. **Metodologia:** Após a revisão bibliográfica, foi realizada uma simulação de investimentos considerando os dois títulos antes referidos, no site Tesouro Direto, obtendo-se as projeções dos respectivos valores a serem resgatados. **Resultados e Discussões:** Ao investir em um título de renda fixa, precisa-se escolher a forma como o dinheiro será remunerado, que pode ser com remuneração prefixada, sabendo-se o valor exato do resgate do título na data do seu vencimento, e pós-fixada, esta depende da variação da Taxa SELIC durante o período considerado. Assim, a simulação foi feita com os títulos LTN-2025 (6,79% a.a.), prefixado, e LFT-2025 (SELIC + 0,02 % a.a.), pós-fixado, considerando-se o valor de uma aplicação mensal de R\$ 150,00, em cada um, durante um período de 64 meses e 66 meses. Ao final do período os totais de capitais investidos serão de R\$ 9.600,00 para o primeiro e de R\$ 9.900,00 para o segundo, obtendo-se, respectivamente, os seguintes montantes, nos resgates: R\$ 11.102,94 e R\$ 11.519,02. Ao compararem-se os dados apresentados, notou-se que o título LFT tem o vencimento de dois meses a mais que o do LTN, o que não implica algo significativo na diferença do resultado projetado, mostrando-se ser o LTN mais vantajoso. **Conclusões:** Após a realização desse estudo, conclui-se como é essencial a adequada análise das aplicações financeiras, para que o investidor possa alcançar os objetivos almejados, sempre fazendo as simulações cabíveis, neste caso, acessando o site do Tesouro Direto, para buscar todas as informações necessárias. Porém, para que a escolha seja adequada, devem ser levadas em consideração várias alternativas, por parte do investidor, o que envolve riscos, prazos de resgate (liquidez do título) e rentabilidade almejada.

**Palavras chaves:** Investimentos. Tesouro Direto. Renda fixa.

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## **JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: A REPERCUSSÃO NO ORÇAMENTO E A PROTEÇÃO À GARANTIA CONSTITUCIONAL À SAÚDE**

**Francisco Valdir Braga de Sousa Filho**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
francisco.valdir26@gmail.com@gmail.com

**Viviane da Silva Sousa**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
sousaviviane.silva@gmail.com

**José Clito Carneiro**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
clito@sobral.ce.gov.br

**Introdução:** O direito à saúde é uma garantia prevista constitucionalmente, assegurada no art. 6º da Constituição Federal dentro do título de Direitos Fundamentais como direito social e mais adiante o tema é desenvolvido pelo legislador constituinte dentro da seguridade social. Deve ser assegurado indistintamente a todos este direito, e seus recursos advindos da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Objetivo:** Discutir os impactos da judicialização da saúde na capacidade do Município de arcar com a prestação do serviço de saúde ao público em geral. **Metodologia:** Foi feita uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, tendo fontes bibliográficas, documentais, legais e jurisprudenciais. **Resultados e Discussões:** Embora o direito à saúde seja subjetivo, sua efetivação através de uma ação judicial acaba por ter repercussão social devastadora, por interferir nos orçamentos já planejados e acabar interferindo no funcionamento do sistema de saúde do ente federado como um todo, afetando a sua capacidade prestação de serviços e, consequentemente, a concretização de tal direito à população. Mas, não se pode negar o dever do Estado em não deixar faltar nem à coletividade nem ao indivíduo, o que acaba por evidenciar diversas mazelas da sociedade brasileira. Exigir do Estado uma prestação orçamentária fora do previsto deve ser prerrogativa de reformulação dos parâmetros da lei orçamentária, que deve criar mecanismos de correção e adaptação que garantam a prestação de serviço sem que seja necessária medida judicial, que acaba criando ônus evitável tanto ao Executivo quanto ao Judiciário. **Conclusões:** Portanto, deve-se, até mesmo à luz dos princípios norteadores do Novo Código de Processo Civil, buscar no Judiciário antes que uma coação à prestação de um serviço, uma solução consensual para que tal garantia seja efetivada ao particular, sem prejudicar a capacidade da Administração Pública de prestar o serviço a toda a coletividade.

**Palavras-chave:** Judicialização; Saúde; Orçamento.

**CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO**

## **LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL E SEUS LIMITES: UMA ANÁLISE DOS PERCENTUAIS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAÚ**

**Maria Kreviane de Sousa**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
krevianesousa@hotmail.com

**Gelson da Silva Rodrigues**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
gelsonsilvarodrigues@gmail.com

**Apolo Martins Paulino**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
Apolo\_ipu@hotmail.com

**Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
ludmila\_apoliano@uvanet.br

**Resumo:** A administração pública passou a ter uma nova forma de conduzir suas ações, baseados na Lei Complementar nº 101/ 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com mais compromisso e transparência dos gastos públicos. Esta Lei estabelece diretrizes, metas e riscos fiscais, e, limites sob a receita corrente líquida principalmente no tocante aos gastos com pessoal, pois, o gasto excessivo nesse setor causa uma má distribuição da receita e consequente influência nas dívidas públicas. **Objetivo:** O presente artigo se propõe a evidenciar os números relativos aos gastos com o pessoal do município de Santana do Acaraú na última gestão de 2013 a 2016.

**Metodologia:** Para realização deste artigo, utilizou-se de pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental, pois buscou fundamentar a pesquisa com dados bibliográficos, além de conhecer e interpretar dados colhidas principalmente dos relatórios disponibilizados pelo poder executivo de Santana do Acaraú via internet.

**Resultados e Discussões:** O município de Santana do Acaraú tem 157 anos de emancipação política com aproximadamente 29.977 habitantes. Sua economia é basicamente voltada para agricultura e pecuária. Nos últimos anos, a cidade vem passando por crises financeiras, causando um desequilíbrio entre as Receitas e despesas públicas. Podemos perceber que o maior gasto público está com pessoal descumprindo a LRF com relação aos limites de 60% da RCL. Em 2013 o gasto com pessoal foi 61%, em 2014 de 58%, em 2015 de 61% e 2016 de 62%, portanto em 2013, 2015 e 2016 os gastos com pessoal ultrapassaram do limite disposto na LRF. Observou-se, também, que nos anos de 2013, 2015 e 2016, a dívida pública ficou acima de R\$1.000,000,000 por ano. **Conclusão:** Por fim, este artigo nos proporcionou um maior aprendizado sobre a LRF e seus limites, além de podermos analisar os gastos público de um município em epígrafe, que apresentou gastos excessivos com pessoal, descumprindo a LRF, ficando para análise posterior quais as implicações de gestão ocorridas pela administração Pública devido não cumprir o que rege a devida Lei.

**Palavras chaves:** Lei de Responsabilidade Fiscal; Limites com Pessoal; Santana do Acaraú

**LEI DE TRANSPARÊNCIA FISCAL: PERSPECTIVA AO CÓDIGO DE DEFESA DO**

## CONSUMIDOR

**Viviane da Silva Sousa**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
sousaviviane.silva@gmail.com

**Francisco Valdir Braga de Sousa Filho**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
francisco.valdir26@gmail.com

**Luciene Santos Lima**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
lusalia19@hotmail.com

**Introdução:** A Lei 12.741/2012, conhecida por Lei de Transparéncia Fiscal, veio atender o pressuposto constante do artigo 150, § 5º, da CF/88, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor sobre a carga tributária, que destaca a divulgação dos tributos pagos pelos contribuintes, na aquisição de produtos e serviços, bem como, na comercialização. Entretanto, deve-se ressaltar que exigir a informação dos tributos nos documentos fiscais, trata-se de assunto já abordado pelo Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078/90), no qual a Lei nº 12.741/2012 implementou alterações ou reafirmou alguns dispositivos previstos. **Objetivo:** Assim, o estudo analisou o reflexo da Lei da Transparéncia Fiscal (Lei nº 12.741/2012) no Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078/90). **Metodologia:** Foi realizada pesquisa de caráter qualitativo, através de pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados e Discussões:** Com a importância do Código de Defesa do Consumidor - CDC na proteção dos consumidores em relações comerciais existentes, evitando abusos e prejuízos, notou-se os reflexos da 12.741/2012 neste dispositivo de lei. Destacando-se a alteração da redação do inciso III do art. 6º do CDC, que versa sobre os direitos do consumidor, acrescentando a previsão da informação dos tributos como direitos básicos do consumidor. Assim, segundo o art. 6º, inciso III. “[...] a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”. Com isso, os consumidores passaram a ter informações dos tributos nas relações de consumo, passando a ter consciência dos valores arrecadados pelo Estado, levando-os a cobrar melhoria nos serviços públicos compatível com essa arrecadação tributária, atendendo o princípio da publicidade. Outro ponto, refere-se as punições, onde o Decreto n. 8.264/2014, que regulamenta a Lei da Transparéncia Fiscal, em seu art. 7º, refere-se as punições pelo não cumprimento da legislação em estudo, ficando o infrator sujeito às sanções previstas no art. 56 do CDC, Lei n. 8.078/90. **Conclusões:** Diante do exposto, percebe-se que a implantação da Lei 12.741/2012 associa-se ao CDC de forma a consolidar a força do consumidor, tendo relevância quanto ao conhecimento dos contribuintes sobre a arrecadação estatal, fazendo-os ter consciência da sua contribuição ao Estado, através dos tributos arrecadados por ocasião da relação de consumo, podendo ter maior exigência na aplicação dos recursos públicos.

**Palavras-chaves:** Lei da Transparéncia Fiscal; Código de Defesa do Consumidor - CDC; Tributos.

**O ENSINO DE CONTABILIDADE PÚBLICA: UM COMPARATIVO DA DISCIPLINA DE  
CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL II NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO**

**CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO**

## **ESTADO DO CEARÁ**

**Gabriella Simão Costa**

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)  
gabriellasimaoc@hotmail.com

**Ravenna Ivinna Sousa Farias**

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)  
ravenna.ivinna@hotmail.com

**Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque**

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)  
[ludmila\\_apoliano@uvanet.br](mailto:ludmila_apoliano@uvanet.br)

**Introdução:** A disciplina de Contabilidade Governamental II como instrumento de ensino afirma-se de maneira indispesável à aprendizagem dos alunos de Ciências Contábeis, portanto a área pública detém papel fundamental na formação dos futuros profissionais. Consoante a isso, a qualidade de ensino deve ser a meta das universidades atualmente, pois o mercado de trabalho atual, o meio tecnológico e a globalização exigem dos profissionais de contabilidade competências e habilidades que devem ser amplamente desenvolvidas durante toda a graduação em Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior (IES). **Objetivo:** O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise das ementas da disciplina em questão nas IES públicas do estado do Ceará, sendo elas, a Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual Vale do Acaraú e Universidade Federal do Ceará, para assim as confrontar com a proposta nacional de conteúdo para os cursos de graduação em Ciências Contábeis recomendada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Desenvolveu-se como problema de pesquisa o confronto se as temáticas das grades curriculares da disciplina de Contabilidade Governamental II nos cursos de Ciências Contábeis das universidades públicas do estado do Ceará são condizentes com a Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis emanada pelo CFC. **Metodologia:** Quanto à metodologia a pesquisa se caracteriza como descritiva, com análise de dados qualitativos e realizada por meio de análise documental. Os dados foram coletados através das coordenações dos cursos nas três IES públicas estudadas no presente artigo, as ementas, e posteriormente foram comparados com a proposta nacional de conteúdo editada pelo CFC. **Resultados e Discussões:** Os resultados obtidos demonstraram que as IES adotam parcialmente a proposta do CFC, devido a autonomia que as universidades têm para montar sua estrutura curricular, existindo diferenças nos assuntos abordados quando se relaciona com a proposta de conteúdo. **Conclusão:** Conclui-se que as IES devem reavaliar de maneira geral os conteúdos e a matriz curricular, como um todo, aplicados à disciplina de Governamental II visando aperfeiçoar o ensino dos futuros contadores.

**Palavras-chave:** Contabilidade Governamental; IES; Ceará.

**CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO**

## **O IMPACTO FINANCEIRO DA IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO NA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, NO MUNICÍPIO DE SOBRAL**

**Francisco Bruno Lima de Albuquerque**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
brunoalbuquerque.1993@gmail.com

**Francisco José Carneiro Linhares**

Universidade Estadual Vale do Acaraú–UVA  
franjocarli@gmail.com

**Introdução:** No âmbito municipal, fatores como o empobrecimento financeiro crescente, a urgente necessidade de investimentos públicos, assim como a deficiência histórica das políticas públicas são características que estimulam a criatividade da gestão municipal em busca de alternativas que visam o incremento da geração de recursos financeiros. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo verificar o impacto financeiro da implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) na arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), no município de Sobral. **Metodologia:** Quanto à metodologia utilizada para atender ao objetivo proposto pelo referido estudo, realizou-se pesquisa descritiva, de procedimento documental e de abordagem quantitativa. **Resultados e Discussão:** Já referente aos resultados, ao realizar o levantamento e a análise dos dados (período 2013 a 2018), verificou-se que 2018 foi o momento em que o IPTU apresentou a maior representatividade financeira, R\$ 14.862.002,54, cujo percentual foi de 32,25% em relação às receitas totais provenientes de impostos. Detectou-se também que o maior crescimento ano a ano se deu também no referido ano, R\$ 5.904.312,95. Diante disso, confirmou-se que o ano em que o IPTU mais se destacou foi o de 2018, sendo esta data o momento preponderante da execução das atividades da implantação do CTM. **Conclusão:** Portanto, conclui-se que essa evolução significativa se deu principalmente por conta da implantação desse instrumento, pois na medida em que se finaliza um produto o mesmo era disponibilizado, promovendo assim uma maior gama de recursos tecnológicos, tendo como exemplo georreferenciamento da cidade, o qual possibilitou um mapeamento mais eficiente pelos profissionais e, consequentemente, a eficácia dos resultados encontrados no presente estudo.

**Palavras-chave:** Impacto Financeiro; Cadastro Técnico Multifinalitário; Arrecadação Municipal; Imposto Predial e Territorial Urbano.

## O PRINCÍPIO DA ISONOMIA NO PROCESSO LICITATÓRIO

**Lucas Rios Souza Vasconcelos**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

lucasrios151@gmail.com

**Rita de Cássia de Sousa Gomes** Universidade

Estadual Vale do Acaraú – UVA

ritadecassiasousa030@gmail.com

**Profa. Ma. Luciene Santos Lima**

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

lusalia19@hotmail.com

**Introdução:** A Lei nº 8.666/93 instituiu normas para licitação e contratos da Administração pública pertinentes a obras, serviços, compras, alienação e locação no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destacando em seu art. 3º que, “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, [...]”, como forma de garantir que o processo licitatório transcorra com tratamento igual aos licitantes, na mesma situação, evitando assim preferências. **Objetivo:** O presente estudo tem por objetivo analisar o princípio da isonomia e sua aplicabilidade no procedimento de licitação pública.

**Metodologia:** A metodologia utilizada foi bibliográfica e documental, envolvendo livros, artigos e legislação brasileira sobre o assunto. **Resultados e Discussões:** A legislação sobre licitação pública, Lei 8.666/93, em seu art. 3º avoca o princípio da isonomia para o processo licitatório, condicionando um tratamento igualitário entre os licitantes, respeitando o caput, do art. 5º da CF/88, que dispõe que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. Além disso, a referida legislação, impõe uma conduta isonômica ao dispor em seu art. 3º, § 1º, I, que será vedado aos agentes públicos incluir condições nos procedimento licitatórios “[...] que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato [...]”, e ainda segundo art. 3º, § 1º, II, “[...] veda que a administração venha a estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras [...]”. No entanto, alguns legislações como Lei nº 11.196/2005, Lei nº 12.349/2010 e a Lei nº 13.146/2015, trouxeram alterações a lei das licitações, flexibilizando o princípio da isonomia com a finalidade de promover o desenvolvimento nacional sustentável, onde pode-se observar: critérios de desempate que dão preferência aos bens produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e tecnologia no País, margem de preferência aos produtos manufaturados e de serviços nacionais que atendam as normas técnicas brasileiras, e bens e serviços de empresas que comprovem cumprir a reserva legal de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, atendendo as normas legais de acessibilidade.

**Conclusões:** Após as considerações apresentadas, conclui-se que a observância do princípio da isonomia nos procedimentos administrativos licitatórios torna-se elemento fundamental para regularidade do certame, assegurando oportunidade igual a todos os concorrentes, possibilidade maior competitividade, e assim, atendendo os interesses da coletividade na busca da qualidade nos bens e serviços públicos.

**Palavras-Chave:** Princípio da Isonomia. Procedimentos licitatórios. Lei 8.666/93.

## PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE ESTRUTURA CONCEITUAL

**Fernanda Ximenes Leitão**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
fernanda.ximenes12@live.com

**Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
cintia\_monteiro@uvanet.br

**Introdução:** Considerando a importância da informação contábil para os usuários externos e o avanço do processo de globalização, ressalta-se a importância da educação contábil no âmbito acadêmico, principalmente, em relação a Estrutura Conceitual emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que apresenta conceitos e princípios fundamentais básicos para elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, em padrões internacionais. **Objetivo:** A pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) sobre a Estrutura Conceitual. **Metodologia:** Quanto aos objetivos, esse estudo enquadra-se como descritivo, sendo aplicado por meio de levantamento. Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quantitativa, sendo utilizado como instrumento de coleta de dados, o questionário, aplicado aos estudantes do curso de Ciências Contábeis da UVA, em novembro de 2019. A amostra foi composta por 224 discentes que responderam integralmente ao questionário. A investigação teve como base as variáveis analisadas por meio dos estudos de Cruz, Ferreira e Szuster (2011) Nunes, Marques e Costa (2016) Gomes e Silva Filho (2016) e Schlup, Soschinski e Klann (2018). **Resultados e Discussões:** Os dados indicaram uma amostra consideravelmente jovem, entre 20 a 23 anos, não existindo diferença significativa entre os gêneros feminino e masculino, sendo que 63,8% estudam no horário noturno e dentre os estudantes inseridos no mercado de trabalho, 72,7% não atuam na área contábil e 70,5% dos estudantes afirmaram que o conteúdo da Estrutura Conceitual foi abordado, principalmente, durante a disciplina de Contabilidade Geral I que é ministrada no início do curso. Além disso, os respondentes também demonstraram uma concepção positiva quanto à importância da Estrutura Conceitual para o ensino de contabilidade e constatou-se um nível de percepção consideravelmente alto dos estudantes em relação à Estrutura Conceitual. Quanto ao conteúdo da Estrutura Conceitual os estudantes possuem maior dificuldade de entendimento com relação ao Custo Histórico. Contudo, os discentes do sexo feminino, do turno diurno e que já cursaram mais da metade do curso obtiveram um melhor desempenho quanto às questões da Estrutura Conceitual. **Conclusões:** Conclui-se, portanto, que os discentes percebem que a Estrutura Conceitual é importante para o ensino e a para a profissão contábil. Da mesma forma, constata-se que os alunos compreendem os principais assuntos desse normativo, tendo em vista o elevado nível de acertos.

**Palavras-chave:** Estudantes; Ciências Contábeis; Estrutura Conceitual.

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADOS AOS ATOS DO GESTOR PÚBLICO.

**João Helton Almeida Queiroz**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
helton.aq@gmail.com

**Luciene Santos Lima**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
lusalia19@hotmail.com

**Introdução:** De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 37, os princípios que norteiam a Administração Pública são legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tais princípios constitucionais devem ser observados pelos agentes públicos na realização da atividade administrativa, conforme a Lei nº. 8.429/92. **Objetivo:** O estudo busca trazer para discussão e conhecimento os princípios a serem seguidos para uma adequada administração pública. Assim, tendo por objetivo verificar os princípios constitucionais que embasam o Direito Administrativo, elencados no art. 37, da CRFB/88, e sua observância pelos agentes públicos segundo a Lei da Improbidade Administrativa. **Metodologia:** O estudo foi realizado por meio da monitoria da disciplina de Instituições do Direito Público e Privado do curso de Ciências Contábeis – UVA, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental, em legislações, livros e artigos acadêmicos do âmbito do Direito Administrativo, como forma de embasar a pesquisa. **Resultados e Discussões:** O Estado Brasileiro é constituído como Estado de Direito tem em seu ordenamento a segurança jurídica que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza e diante de tal forma as relações entre os órgãos públicos e seus agentes com particulares devem seguir princípios que regem suas relações, para não tornar seus atos viciados e inválidos perante a lei. Assim, os agentes públicos devem seguir os princípios constitucionais descritos no art. 37 “Caput”, da CF/88, que assim estabelece: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” E a Lei 8.429/92 veio consolidar referida observância aos princípios constitucionais ao destacar em seu art. 4º que “Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afeto”. Caso contrário, configuraria um ato de improbidade administrativa. **Conclusões:** Diante disso, percebe-se que os princípios constitucionais no âmbito do Direito Administrativo trazem maior credibilidade aos atos praticados pelos gestores públicos, pois são instituídos por lei; praticados de forma impessoal e com moralidade, buscando a eficiência dos atos, tornando-os públicos, para que a sociedade acompanhe a prestação do serviço público.

**Palavras-chave:** Direito Administrativo; Princípios Constitucionais; Agente público.

## QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

**Antônia Carliane da Silva**

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
carlianeijoca@hotmail.com

**Ellen Karlen Feitosa Pinto**

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
ellenkarlen@yahoo.com.br

**Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo**

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
francymacedo2011@gmail.com

**Introdução:** A qualidade da informação é um dos alicerces para a sobrevivência e maior competitividade das organizações. As demonstrações contábeis são utilizadas como fonte de informação e decisão por diversos usuários, portanto, há a necessidade de torná-las harmônicas, fidedignas e confiáveis para que os utilizadores possam, de forma clara e sucinta, comparar os diversos padrões contábeis utilizados e, no caso dos investidores, decidir se irão ou não fazer aporte de recursos na entidade. As informações munidas de qualidade são aquelas que atendem às exigências dos investidores, apresentando informes com características financeiras e econômicas. Sendo assim, a divulgação de informações por parte das empresas é de suma importância para o processo de tomada de decisões dos seus usuários. Isto posto, tais informações necessitam serem confiáveis. Pelo fato da governança corporativa utilizar como principais conceitos, transparência (*disclosure*), equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa (*sustentabilidade*) para explicar e solucionar os conflitos existentes entre os interesses dos stakeholders, infere-se que empresas que primam por uma boa governança possuem maior cuidado no trato da evidenciação das suas informações. **Objetivo:** Ante o exposto, este estudo traçou como objetivo verificar a relação entre a governança corporativa e a qualidade das informações contábeis das empresas dos setores de petróleo, gás e biocombustíveis e de utilidade pública negociadas na B3, sob o prisma do CPC 01 e do CPC 12. **Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva e documental, com abordagem quantitativa dos dados, utilizando análise de conteúdo nas demonstrações contábeis referente aos anos 2014 e 2015. A amostra referiu-se às 71 empresas do setor de utilidade pública e sete empresas do setor de petróleo, gás e biocombustíveis. Para realizar a análise da qualidade das informações contábeis, utilizou-se como base o checklist de Dallabona (2011). **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que dentre as empresas de utilidade pública, aquelas que registraram os melhores níveis gerais de divulgação do CPC 01 foram: Casan, Ampla Energ, Aes Tiete E, Cemig GT, Cesp, Energisa e Rio Gde Ener e Ceg. Enquanto a Oxx Petróleo obteve os maiores percentuais médios de divulgação em ambos os CPCs. Percebeu-se que as empresas brasileiras listadas nos dois setores da amostra, de modo geral, tem evoluído no processo de divulgação das informações contábeis. Contudo, ainda precisam percorrer um longo caminho para que sejam caracterizadas como empresas que evidenciam 100% das informações pertinentes aos CPCs 01 e 12. **Conclusões:** Concluiu-se que quanto maior o nível de governança corporativa das empresas do setor de utilidade pública, maiores serão os percentuais de divulgação em ambos os CPCs. Enquanto nas empresas de petróleo, gás e biocombustíveis, a governança apresentou relação com a divulgação das informações contábeis, somente no tocante ao CPC 01.

**Palavras-chave:** Qualidade; CPC 01 e 12; Setores da B3.

## RECURSOS PÚBLICOS DIRECIONADOS À SAÚDE: ESTUDO NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

**Maria Amanda Souza Nascimento**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
amandhasouza23@hotmail.com

**Iana Pereira da Silva**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
yanapereira@live.com

**Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA  
francymacedo2011@gmail.com

**Introdução:** Durante os últimos anos, a reforma do setor público tornou-se um fenômeno internacional, face o desenvolvimento econômico, institucional e ideológico, bem como, às críticas sobre ineficiência. Dadas as limitações financeiras globais enfrentadas pela maioria dos governos mundiais, o desempenho do setor público e a eficiência certamente passaram a ser avaliados de perto, a fim de fornecer orientações adicionais aos decisores políticos e potenciais investidores locais e estrangeiros. Diante da demanda por mudanças, novas formas de gerir a coisa pública passaram a ser pensadas. Os ideários da Nova Gestão Pública incluem uma série de pautas, dentre elas a reforma internacional da saúde. **Objetivo:** Dessa maneira, ciente da importância das temáticas, este estudo teve por objetivo analisar a eficiência dos recursos públicos direcionados à saúde nos países da América Latina. **Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa, com consulta ao *International Monetary Fund* (IMF) e *World Bank* (WB). A amostra compreendeu os países da América Latina que disponibilizaram todas as informações necessárias à concretização do estudo, totalizando 17 países. O período de análise correspondeu ao intervalo entre os anos de 2000 a 2015. Para a análise da eficiência, foi utilizado o software *Data Envelopment Analysis* (DEA). Foram utilizados como *inputs*: despesas com saúde per capita, despesas com saúde em percentual do PIB, receitas correntes e de capital; e como *outputs*: expectativa de vida ao nascer, melhoramento das instalações sanitárias, imunização, cuidados pré-natal, incidência de tuberculose e de HIV. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que os anos de 2007 e 2008 foram aqueles em que mais se investiu em saúde. O país que mais direcionou recursos para investir em saúde foi a Venezuela, com um percentual de crescimento de 163,10%, seguida do Brasil e da Argentina, que tiveram uma evolução de 91,55% e 82,87%, respectivamente. Todavia, destaca-se que o Brasil investiu em saúde apenas 3,5% do seu PIB. O país que menor valor direcionou para estas despesas foi o México, com percentual de crescimento de 12,10%. Viu-se que o Chile possuía a melhor expectativa de vida ao nascer e os maiores melhoramentos em instalações sanitárias, enquanto a Bolívia apresentou os piores resultados. No quesito imunização contra sarampo, a Nicarágua sobressaiu-se positivamente e a Guatemala negativamente. **Conclusões:** Ao final, notou-se que Chile foi o país mais eficiente na alocação dos gastos públicos com saúde e a Bolívia o pior. Concluiu-se que há diferenças consideráveis na condução da máquina pública entre os países latino-americanos, desde os percentuais do PIB que são investidos em saúde, até a “devolução” das receitas em forma de serviços à população. Depreendeu-se que os governantes latinos necessitam urgentemente dar mais atenção aos gastos públicos como um todo, pois, somente assim corresponderão às expectativas e necessidades da população.

**Palavras-chave:** Eficiência; Alocação; DEA.

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## **SITUAÇÃO DO CNPJ DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC'S) DE SOBRAL-CE COM ÁREA DE ATUAÇÃO NA SAÚDE EM 2020**

**Gilson Gomes de Araújo**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
gilsongomes775@gmail.com

**José Juliano Nogueira Rios**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
jose.juliano@uvanet.br

**Introdução:** O Terceiro Setor é bem amplo, tem diversas divisões e denominações diversas, como Organizações da Sociedade Civil, Organizações Sociais, Associações, Fundações, Organizações Religiosas e Políticas. Dentro das áreas de atuação temos educação e pesquisa, cultura e recreação, saúde, entre outras. Dentro da área da atuação da Saúde temos as Organizações Sociais que administram postos e hospitais em níveis municipal e estadual. **Objetivo:** Analisar e verificar como está a situação das Organizações Sociais que atuam na Saúde no município de Sobral com relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, se estão aptas ou inaptas. **Metodologia:** Para se verificar os dados com relação ao CNPJ das entidades, foi utilizado o Mapa das OSC's, que é administrado e mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, que se utiliza do cruzamento de diversos bancos de dados para mostrar em detalhes a situação das Organizações da Sociedade Civil nos seus diversos aspectos, com dados qualitativos e quantitativos .**Resultados e Discussões:** O Município de Sobral conta com 708 Organizações da Sociedade Civil (OSC's), sendo que dessas , 16 atuam na área da Saúde. Verificado a situação cadastral na Receita Federal conclui-s e que 15 se encontra aptas e 1 inapta, sendo que das 15 aptas, 7 cnpjs são da Santa Casa de Misericórdia de Sobral, e as entidades que atuam nessa área se dividem entre organizações sociais e associações privadas. **Conclusões:** A Maioria das organizações da área da saúde de Sobral possuem o CNPJ regularizado exatamente por terem boas gestões, que ao estruturarem essas entidades, passam a firmar parcerias com a administração pública para gerir postos de saúde e hospitais tanto de nível municipal como estadual.

**Palavras-chave:** Osc's; CNPJ; Saúde.

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## TRANSPARÊNCIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS MARCOS REGULATÓRIOS COMO FORMA DE CONTROLE SOCIAL

**Francisco Weslhey Rodrigues Silva**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
weslhey.silva@outlook.com

**Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
cintiavmg@gmail.com

**INTRODUÇÃO:** Nos últimos anos tornou-se mais visível os casos de corrupção na política brasileira. Sabe-se que o combate aos atos ilícitos é longo, mas ultimamente há uma maior preocupação da sociedade em fiscalizar estes atos. Pederneiras et al. (2018) destacam que a atuação do cidadão, através de diversos mecanismos de participação, inibe as ações eivadas de irregularidades dos gestores públicos e o desenvolvimento tecnológico facilitou o acesso as informações de maneira rápida e objetiva. **OBJETIVO:** O objetivo deste trabalho é discutir os principais marcos regulatórios sobre transparência, criados desde a Constituição Federal, como forma de controle social. **METODOLOGIA:** Utilizou-se de pesquisa bibliográfica, referenciando a legislação brasileira que aborda a transparência, bem como a opinião de pesquisadores nacionais sobre a aptidão do cidadão em exercer o controle social. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A transparência das contas públicas surgiu simultaneamente à Constituição Federal de 1988. O art. 37 descreve que a administração pública obedecerá a princípios, dentre eles, o da transparência (BRASIL, 1988). Após doze anos, foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tendo como aspecto fundamental, de acordo com Khair (2000), o controle, pois, possui novos relatórios que devem ser publicados na *internet*. Em 2009 foi promulgada a Lei da Transparência. Cruz (2001, p. 138) evidencia: “A transparência na gestão fiscal é tratada na Lei como um princípio de gestão, que tem por finalidade, entre outros aspectos, franquear ao público acesso a informações relativas às atividades financeiras do Estado e deflagrar, de forma clara e previamente estabelecida, os procedimentos necessários à divulgação dessas informações.” Por fim, em 2011, foi sancionada a Lei de Acesso à Informação (LAI), mostrando como devem ser divulgadas as informações pelos gestores (BRASIL, 2011). Martins (1989) destaca o controle social como aspecto primordial da vida entre a sociedade e o Estado, contudo, a ineficiência dos mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado é um fenômeno cotidiano. Todavia, ressalta-se que o controle social, em conjunto com um controle interno atuante, é capaz de medir a efetividade de todos os atos de gestão praticados (PEDERNEIRAS et al., 2018). Mesmo a transparência sendo um princípio constitucional, na visão de Silva, Cançado e Santos (2017), no Brasil, a evolução da redemocratização depende da compreensão do controle social. **CONCLUSÃO:** Com o desenvolvimento tecnológico, que permitiu a circulação de informações mais rapidamente, os normativos constitucionais permitiram a maior divulgação e controle dos dados dos gestores públicos. Conclui-se, que apesar de ser preciso uma maior conscientização da população, para que a transparência seja utilizada de forma a controlar efetivamente as ações estatais, o maior acesso à informação permite uma maior preocupação da população sobre o que está sendo feito com os recursos públicos.

**Palavras-Chaves:** Controle Social, Transparência, Informação.



## **Edital 06/2022 - INSCRIÇÃO E SUBMISSÃO DE TRABALHOS PARA A SEMANA DA CONTABILIDADE 2022**

**Dispõe sobre normas referentes à participação e  
submissão de trabalhos na Semana da Contabilidade  
2022 - da Universidade Estadual Vale do Acaraú  
(UVA).**

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), por meio da Coordenação do Curso de Ciências Contábeis e do Centro Acadêmico Padre Sadoc - Gestão Integração, torna público o presente Edital de abertura de inscrições e estabelece normas relativas à submissão de trabalhos na Semana da Contabilidade 2022 da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

### **1. DISPOSIÇÕES INICIAIS**

A Semana da Contabilidade da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) vem sendo realizada anualmente pelo Centro Acadêmico Padre Sadoc do Curso de Ciências Contábeis. Em 2022, será realizada entre os dias 07 e 11 de novembro com o tema **“CONTABILIDADE E INOVAÇÃO:  
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL”**. A programação do evento inclui palestras, oficinas e submissões de trabalhos.

### **2. DOS OBJETIVOS**

A Semana da Contabilidade 2022 da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) tem como objetivo incentivar a Pesquisa Científica no curso de graduação em Ciências Contábeis, ao oferecer um espaço para que sejam divulgados os resultados dos estudos realizados por alunos deste curso.

### **3. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

O cronograma de atividades da Semana da Contabilidade 2022 da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) seguirá as etapas descritas no a seguir:

**QUADRO 01 - Cronograma**

ATIVIDADE	DATA
Divulgação do Edital na rede social Instagram @caciuva	11/08/2022
Período de submissão dos resumos pelo e-mail: <a href="mailto:cacicuva@gmail.com">cacicuva@gmail.com</a>	15/08 a 20/10/2022



Período de avaliação dos trabalhos pela Comissão Científica	21/10 a 31/10/2022
Divulgação do resultado das avaliações	03/11/2022
Apresentação dos trabalhos	11/11/2022

#### **4. DO PÚBLICO DE INTERESSE**

4.1. Poderão inscrever-se na Semana da Contabilidade 2022, alunos de graduação e pós-graduação regularmente matriculados da área de Ciências Contábeis da UVA e áreas afins com a temática do evento.

#### **5. DA ELABORAÇÃO DOS RESUMOS**

5.1. Os resumos deverão ser submetidos pelo e-mail: [cacicuva@gmail.com](mailto:cacicuva@gmail.com);

5.2. Os resumos devem ser redigidos em português, possuir no máximo 03 (três) autores. Sendo 02 (dois) alunos e 01 (um) orientador, seguindo a formatação indicada no ANEXO I e ANEXO II deste Edital;

5.3. Cada discente do Curso de Ciências Contábeis da UVA poderá submeter 01 (um) resumo como primeiro autor e 01 (um) resumo como coautor, sendo aceito, o máximo, de 06 (seis) resumos por orientador;

5.4. Cada resumo deverá ter uma versão (com identificações dos autores) e outra versão (sem identificação dos autores), ambos em formato PDF.

#### **6. DA EXPOSIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS**

6.1. Caso o trabalho seja aprovado, obrigatoriamente, um dos alunos de graduação e pós-graduação, autores do trabalho, deverá fazer sua inscrição no evento, para que o trabalho possa ser apresentado e incluído nos anais;

6.2. Os trabalhos aceitos deverão ser apresentados em banner, conforme formatação a ser apresentada pelo comitê científico;

6.3. Os trabalhos deverão ser apresentados preferencialmente pelo primeiro autor, tendo este, no máximo 10 (dez) minutos para apresentação, sendo reservados 05 (cinco) minutos para arguição pela Comissão Científica;

6.4. As apresentações dos trabalhos serão realizadas no dia 11 de novembro de 2022, de 18h30min às 21h30min, nos espaços do Campus da Betânia da UVA. As instruções e os horários de cada apresentação serão divulgados para os autores selecionados por e-mail;



## **7. DA AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESUMOS**

7.1. Os resumos inscritos serão submetidos ao parecer do Comitê Científico, formado por um grupo de professores do Curso de Ciências Contábeis da UVA, conforme exposto ao final deste Edital;

7.2. O cumprimento das instruções contidas no presente Edital é essencial para o aceite do resumo e inclusão dele nos anais, sendo de total responsabilidade do estudante, com a prévia revisão do orientador;

7.3. Não haverá devolução dos resumos aos autores para correção;

7.4. Os resumos serão avaliados nos seguintes aspectos: mérito e originalidade; qualidade técnica e científica; redação científica; adequação metodológica; qualidade do desenvolvimento, resultados e conclusões;

7.5. A apresentação do resumo deverá observar os seguintes critérios: domínio do assunto; desenvoltura; objetividade; e estrutura metodológica do trabalho.

## **8. DA SELEÇÃO DOS TRABALHOS**

8.1. Os trabalhos a serem apresentados na Semana da Contabilidade 2022 serão avaliados por professores da Comissão Científica, conforme uma das áreas temáticas do evento, Inovação e Sustentabilidade na Contabilidade.

## **9. DA PREMIAÇÃO**

9.1. Os resumos submetidos concorrerão à premiação, sendo considerado para tal, a avaliação do conteúdo do resumo e da apresentação;

9.2. Será outorgado certificado de menção honrosa aos trabalhos classificados nos três primeiros lugares.

## **10. DA CERTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES**

10.1. Os autores dos trabalhos aceitos e apresentados na Semana da Contabilidade 2022 da UVA, bem como, orientadores e revisores receberão certificado expedido pelo evento;

10.2. Os certificados serão emitidos por meio eletrônico e disponibilizados no portal <http://eventos.uvanet.br/>;

10.3. Os demais inscritos na Semana da Contabilidade 2022 da UVA receberão certificado de participação.



## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. A submissão do resumo por parte do aluno, sob orientação do professor, implica conhecimento e aceitação das normas estabelecidas neste Edital;

11.2. Os resultados estarão disponíveis no sítio eletrônico da UVA, em [www.uvanet.br](http://www.uvanet.br), a partir do dia 31 de outubro de 2022;

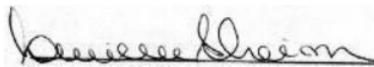
11.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Científica do evento.

Sobral, CE, 10 de agosto de 2022.

---

Maria Rayane Andrade de Sousa  
**Presidente do Centro Acadêmico Padre Sadoc - UVA**

---



Luciene Santos Lima  
**Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis - UVA**



# SEMANA DA CONTABILIDADE 2022



SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

CENTRO ACADÉMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UVA – GESTÃO INTEGRAÇÃO

## EDITAL Nº 10/2022

SEMANA DA CONTABILIDADE UVA 2022

### ANEXO I – INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO

#### RESUMO TÍTULO DO TRABALHO

**Nome Completo do Autor 1**

*Filiação Acadêmica  
e-mail*

**Nome Completo do Autor 2**

*Filiação Acadêmica  
e-mail*

**Nome Completo do Autor 3**

*Filiação Acadêmica  
e-mail*

**Introdução:** O resumo não necessita ser um trabalho inédito. Cada resumo deverá ocupar apenas uma página em português. Deverá conter no máximo 3.000 (três mil) caracteres, incluindo os espaços (não incluir na contagem título, palavras-chave e órgão financiador). O texto deverá ser contínuo, não subdividido em itens, sem parágrafos, sem referências bibliográficas e sem figuras ou tabelas. **Objetivo:** Deve conter introdução, objetivo, metodologia, resultados e discussão, finalizando com a conclusão. **Metodologia:** O texto deverá ser organizado no formato para folha de papel A4 (210 x 297 mm), com margens superior, esquerda, inferior e direita com 2,0 cm (utilizar este modelo de resumo com cabeçalho do evento). A formatação do texto do resumo é fonte times new roman, tamanho 11pt, alinhamento justificado e espaçamento simples. O título deverá ser destacado em negrito e escrito em letras maiúsculas, com tamanho da fonte 12 pt, espaço simples e alinhamento centralizado. **Resultados e Discussões:** Grafar os nomes dos autores com as iniciais maiúsculas, por extenso, conforme disposto acima, com tamanho da fonte 10 pt, espaço simples, alinhamento à esquerda, devendo ser o último autor, o professor orientador. Abaixo dos nomes dos autores, colocar o respectivo nome da instituição às quais pertencem e o e-mail. **Conclusões:** O nome do autor/apresentador deve ser sublinhado. Abaixo do texto do resumo, devem constar as palavras-chave do trabalho, separadas por ponto e vírgula (mínimo de três e máximo de cinco palavras) e abaixo das palavras-chave, caso ache necessário, pode ser incluído agradecimentos à Universidade, agência de fomento, etc, ambos com tamanho de fonte 11pt.

**Palavras-chave:** Palavra 1; Palavra 2; Palavra 3.